



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG
FACULDADE DE DIREITO

HANIEL DUARTE DA SILVA

**O QUE É UM BANCO DE DADOS GENÉTICOS? REFLEXÕES A PARTIR DA
REALIDADE BIOPOLÍTICA BRASILEIRA**

RIO GRANDE/RS

2016

HANIEL DUARTE DA SILVA

O QUE É UM BANDO DE DADOS GENÉTICOS? REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE
BIOPOLÍTICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Graduação em Direito Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Salah Hassan Khaled Jr.

Área de concentração: Direito Penal.

RIO GRANDE/RS

2016

HANIEL DUARTE DA SILVA

O QUE É UM BANCO DE DADOS GENÉTICO? REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE
BIOPOLÍTICA BRASILEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora do Curso de Graduação em Direito Bacharelado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como exigência para a obtenção do título de Bacharel em Direito.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Salah Hassan Khaled Jr.

Examinador: Msc. Claudia Carneiro Peixoto

Examinador: Otávio Pontes Corrêa

RIO GRANDE/RS

2016

Aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vera Lúcia Duarte da Silva e Carlos Alberto Quaresma Duarte da Silva, por sua participação ativa e incansável nestes vinte e cinco anos de perguntas, respostas e afetos essenciais para a minha constituição enquanto ser no mundo. Basta dizer, imagino, que seria impossível saber o que é o amor sobre o qual tantos versos versam sem a presença contínua e paciente de vocês dois. À minha irmã, Liane Duarte da Silva, poderia repetir o mesmo, assim como acrescentar o agradecimento por ter proporcionado, no sentido inverso, que eu fosse parte do teu crescimento.

Aos meus avós, Tisbe Quaresma (vó titi) e Carlos Alberto Duarte da Silva (vô cacá), por todo o amor e por todos os mimos. Sem vocês eu nunca teria entendido a força da presença na ausência.

Ao meu orientador, Salah Hassan Khaled Jr., pela confiança e pelo processo constante de abertura do meu horizonte de compreensão. Se é possível ensinar algo para aquele que quer aprender, este algo é justamente a autonomia.

Ao meu querido amigo Bernard Gaga, por todas as risadas necessárias para que o tempo passe mais rápido quando é preciso, assim como pela presença em todos os momentos que precisavam ser sentidos como eternos.

Ao meu querido amigo Carlos Joaquina, por todas as jogatinas e por nunca reclamar da minha expert cozinha. Que os anos passados sejam refletidos naqueles que estão por vir nos melhores momentos.

Ao meu querido amigo Fernandinho Coala 1.0, pelo companheirismo e por todas as caronas, forehands, backhands e smashes, do badminton ao tênis, de mesa ou de quadra. Já não é possível imaginar esses seis anos sem a tua presença.

Ao meu querido amigo Guilherme Cunhado Em Hospedagem Bean, por todas as piadas incrivelmente engraçadas e pela amizade. Que a risada pelo nariz continue surpreendendo e que o Jest seja Infinite.

Ao meu querido amigo Henrique Harden, por toda a parceria e por toda a impertinência. Amigo é aquele que te move e que te tira da zona de conforto, aquele que te obriga a pensar e depois a repensar.

Ao meu querido amigo Jonas Carioca da Fronteira, por todas as horas perdidas conversando, caminhando, andando de ônibus, bebendo e fazendo bobagem. Das ótimas horas que se foram sempre permanecem memórias para se guardar. Truco!

Ao meu querido amigo Rômulo Romulano, pela presença constante durante a trajetória acadêmica e de crescimento intelectual, por todas as conversas, debates, dissensos. Como já dizia Warat, não há diálogo sem dissenso. E acrescento que o diálogo é necessário.

Ao meu querido amigo Volmar Eremita, por todos os fatos e casos bizarros, pelas conversas que duram horas e assistem o sol nascer, por todos os filmes, assistidos e dormidos. Também por todas as cachaças, tequilas, runs, batidas, cervejas, vinhos, etc.

Ao meu querido amigo Zeus, por todas as noites de insônia e por todas as vezes que os meus pés ficaram menos frios. Embora seja óbvio que esta mensagem não é *addressed* para a tua pessoa, que o afago seja sempre o limiar que nos separa.

À minha querida amiga Alana, pelo chimarrão e pela bergamota, pelo desenho e pelo poema, pela leitura e pelo conto, pela escrita e pelo devaneio, pela angústia dividida. Todas essas coisas que relativizam o tempo e distorcem o espaço. E também pelo café!

À minha querida amiga Gabriela, por todos os olhares de deboche e por todas as reviradas de olhos. A ironia é, talvez, a mais divertida e mais difícil qualidade. Só posso querer que um dia te sintas tão confortável na minha hospitalidade quanto eu me sinto na tua.

Aos mestres e mestras, em ordem de aparecimento como em um filme, que compõe, direta ou indiretamente, o acadêmico e a pessoa que hoje sou: Alexandre Costi Pandolfo, Claudia Carneiro Peixoto, Roberta Cunha de Oliveira, Juliana Tomkowski da Fonseca, Rafael Fonseca Ferreira. Que aquilo que passou seja lembrado e o que restou tenha sido encontro.

Ao curso de Direito da FURG e à própria FURG, por proporcionarem boa parte dos agradecimentos aqui realizados.

Que as repetições constantes dos pronomes possessivos sirvam como demonstração máxima do meu afeto e do meu carinho por todos vocês. Cada um de vocês está presente na minha memória. Como já disse Morin, que sempre se ceda ao convite para uma garrafa de vinho, para um sorriso amigo e para um rosto de amor...

Não analisa não.
Fernando Sabino. O encontro marcado.

RESUMO

SILVA, Haniel Duarte da. **O que é um banco de dados genéticos?** Reflexões a partir da realidade biopolítica brasileira. 2016. Trabalho de Conclusão do Curso de Direito. Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande.

A partir da escolha temática que envolve o banco de dados genéticos e seu entrelaçamento com a realidade biopolítica brasileira, assim como, em um contexto maior, a própria modernidade, foi possível trilhar um dos caminhos possíveis para melhor entender fenômenos complexos que são, seguidamente, simplificados. É assim que o presente trabalho de conclusão de curso procura, sempre integrando o pensamento crítico acerca da modernidade, pensar as questões biopolíticas a partir dos trabalhos de Michel Foucault e Giorgio Agamben, em constante movimento em direção ao complexo, seguindo para tanto aquilo que Edgar Morin oferece em sua obra. É possível dizer, neste caso, que não se parte em busca de respostas ou de uma hipótese, mas sim que o próprio caminho já consiste na pergunta e que ao final é possível esboçar mais problemas do que quando se começou.

Palavras-chave: Modernidade; Pensamento complexo; Biopolítica; Banco de dados genéticos

ABSTRACT

SILVA, Haniel Duarte da. **O que é um banco de dados genéticos?** Reflexões a partir da realidade biopolítica. 2016. Trabalho de Conclusão do Curso de Direito. Faculdade de Direito, Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Rio Grande.

From the thematic choice that involves the genetic database and its interlacement with the Brazilian biopolitics reality and, in a larger context, modernity itself, it was possible to walk one of the possible ways to better understand complex phenomena that are subsequently simplified. Thus the present completion of course work seeks, always integrating critical thinking about modernity, think the biopolitics issues from the work of Michel Foucault and Giorgio Agamben, constantly moving towards the complex, according to what Edgar Morin offers in his work. It's possible to say, in this case, that the aim is not to seek for answers or an hypothesis, but to make the way itself the question and that, in the end, it may be possible to find more problems than answers.

Keywords: Modernity; Complex Thought; Biopolitics; Genetic database

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 DIANTE DA MODERNIDADE.....	13
1.1 A HERANÇA E O PENSAMENTO COMPLEXO.....	14
1.2 ORDEM-DESORDEM, ORGANIZAÇÃO-DESORGANIZAÇÃO.....	15
1.3 A ECOLOGIA DA AÇÃO.....	16
1.4 FOUCAULT E O PRELÚDIO BIOPOLÍTICO.....	20
1.5 DELEUZE E O DISPOSITIVO.....	23
1.6 AGAMBEN E O DISPOSITIVO.....	24
2 O BANCO DE DADOS GENÉTICOS.....	28
2.1 CIÊNCIA COM CONSCIÊNCIA.....	30
2.2 DA SOCIEDADE DISCIPLINAR.....	33
2.3 DA SOCIEDADE DO CONTROLE.....	35
2.4 DA SOCIEDADE MUTILADA E A RELIGAÇÃO POSSÍVEL.....	38
2.5 ADENDO SOBRE A SOCIEDADE DO CANSAÇO.....	39
3 DIANTE DA REALIDADE.....	41
3.1 O MÉTODO DE AGAMBEN.....	41
3.2 O PARADOXO DA SOBERANIA E A IDEIA DE ‘POTÊNCIA’.....	44
3.3 <i>HOMO SACER</i>	46
3.4 O CAMPO COMO PARADIGMA BIOPOLÍTICO DO MODERNO.....	49
4 PENSAMENTO COMPLEXO E O RETORNO AO BANCO DE DADOS GENÉTICOS.....	53
4.1 O CALOROSO RECEBIMENTO DO <i>HOMO SACER</i> NO SÉCULO XXI.....	54
4.2 ENTRE RUÍDO, INFORMAÇÃO E MÍDIA.....	56
4.3 A MÍDIA E O DISPOSITIVO.....	57
4.4 O BANCO DE DADOS GENÉTICOS COMO DISPOSITIVO.....	58
4.5 VIDA CAPTURADA E A MORTE DO HUMANO.....	60
CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

O presente trabalho procura problematizar o banco de dados genéticos diante da biopolítica como paradigma. Não se trata de procurar respostas ou soluções, mas da busca por locais onde é possível formular perguntas e hipóteses. Ele surge das minhas¹ inquietações enquanto estudante de direito e remontam ao primeiro ano, quando tive contato pela primeira vez com as obras “Em defesa da sociedade” de Michel Foucault e “Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I” de Giorgio Agamben. Fico feliz, assim, de poder dizer que este trabalho de conclusão de curso, necessário rito para o término da graduação, se apresenta como fragmento da minha trajetória e dos problemas que senti necessidade de pesquisar.

Em termos metodológicos, é possível dizer que foi utilizada como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica, uma vez que a pesquisa consistiu na revisão e eventual problematização das ideias e dos conceitos presentes na bibliografia indicada ao final. O método, no entanto, se aproxima o máximo possível do pensamento complexo de Edgar Morin, no sentido de trilhar um caminho, ligado à uma postura que pretende confundir metodologia e epistemologia²: aquilo que se pretende conhecer deve, ao longo do caminho, interagir e modificar a forma do próprio conhecer.

É partindo deste pressuposto que, o primeiro capítulo intitulado “Diante da modernidade” procura situar o local de fala que é a crítica da modernidade. São trabalhadas as ideias de herança e pensamento complexo como forma de tornar possível a crítica a partir de uma multiplicidade de conceitos como a dupla ordem/desordem e a ecologia da ação em Morin, o nascimento da biopolítica em Foucault e sua análise sobre a sociedade disciplinar e o dispositivo, assim como a percepção de Deleuze sobre o dispositivo presente em Foucault, para então, ao final deste capítulo inicial, analisar a construção do conceito de dispositivo em Agamben.

Colocado o terreno comum que serve como fio condutor para a pesquisa, o segundo capítulo intitulado “Banco de dados genéticos” procura situar, inicialmente, o banco de dados genéticos no seu aspecto normativo e de seu caráter de dispositivo, para em seguida o situar no

¹ Optei por utilizar a escrita, no corpo do texto, na forma da terceira pessoa do singular. Desta maneira foi possível fugir tanto do caráter de assujeitamento que o “eu” apresenta, que remonta ao esquema sujeito-objeto da modernidade, tanto do “nós” que se apresenta como esquizofrenia totalizadora, uma vez que não é plural. Na introdução e na conclusão, no entanto, por achar que um texto que se apresenta, no conjunto, como resistência merece uma assinatura, optei por utilizar a linguagem na forma da primeira pessoa do singular. Enquanto autor, mesmo que momentâneo e consciente da ecologia das ideias, penso que esta é a melhor forma possível de realizar a escrita desta pesquisa.

² WARAT. Luis Alberto. Epistemologia y metodologia jurídica. In WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004, p. 191.

seu aspecto científico e prático, em sua relação com o surgimento das técnicas de manipulação genética e com os bancos de dados que já existem no mundo, principalmente a partir do caso do Reino Unido. Partindo da relação entre ciência e sociedade, ocorre a integração das ideias de sociedade disciplinar e sociedade do controle presentes em Agamben e Deleuze, assim como da sociedade mutilada pelo pensamento simplificador. Ao final, existe um adendo sobre a sociedade do cansaço e uma breve linha de fuga que se apresenta antes do próximo capítulo, indicando alguns autores que poderiam proporcionar caminhos diferentes para a pesquisa.

O terceiro capítulo se chama “Diante da realidade” e consiste no caminhar em conjunto com Agamben a partir das ideias de biopolítica, estado de exceção e vida nua. Após uma breve nota sobre o método do autor, se encontra as ideias de paradoxo da soberania e de potência e sua relação, para então chegar ao *Homo sacer* e finalmente ao campo como paradigma biopolítico da modernidade. Este capítulo consiste assim em um cuidado detalhado dos principais conceitos presentes no primeiro volume da série *Homo Sacer* e que, embora date de 1995 e se preocupe em grande parte com os acontecimentos do século passado, não integrando os acontecimentos nada irrelevantes do começo do novo milênio, não se deixa cair em uma divisão tão pobre quanto a temporal, relevando sua importância para os estudos que seguem.

O quarto e último capítulo é intitulado “Pensamento complexo e o retorno ao banco de dados genéticos”, onde se procura inicialmente indicar o recebimento do *Homo Sacer* no século XXI a partir do reconhecimento de uma continuidade “massacrante” e da biopolítica do colonialismo. A integração possível no momento entre pensamento complexo se dá pela via do ruído e informação, ideias presentes em Morin, e a mídia enquanto dispositivo conforme a concepção de Agamben. Por fim, com um tom muito maior de hipótese do que de conclusão, se tenta esboçar a configuração do banco de dados genéticos como dispositivo e o significado dessa movimentação.

1 DIANTE DA MODERNIDADE

*A nossa coisificação dos seres vivos
provêm de um refinamento bárbaro.*

Edgar Morin.

Tomar a modernidade como ponto de partida é correr o risco, constante, de não sair do lugar. A primeira dificuldade é definir ou conceituar a modernidade. Dificuldade desnecessária, sendo um conceito que necessita de explicação própria, não é de grande utilidade, uma vez que, ao final, forma-se um círculo vicioso de legitimação da barbárie, onde a modernidade sempre se dobra sobre si.

Partir da modernidade significa partir ‘apesar’ de sua extrema ambivalência. É, ao final, não se deixar ‘espantar’³, não deixar a possibilidade dos acontecimentos se tornar um assombro, inócuo como resistência. Assombro é o que pode permitir o espectador. Aquele que é oprimido não goza do luxo de se deixar ‘espantar’.

Diante da catástrofe única e do monte de ruínas, existe a possibilidade de escapar do paradoxo do Anjo da História⁴ e agir de outra maneira, não mais de forma lamurirosa e resignada, mas com o exercício da potência. Convive assim a potência angelical, de nada fazer, de ser empurrado, com a potência de fazer, de parar e remexer as ruínas do progresso e reconhecer que, se todo documento de cultura é também documento de barbárie, resta escovar a história a contrapelo⁵, apostando nos ensinamentos da tradição dos oprimidos, no desvelar do Estado de Exceção como regra⁶.

Partir da modernidade também significa pensar a modernidade. Reconhecer o absurdo do ‘fim da história’ uma vez que a “a realidade é somente uma das realizações do possível”⁷, e que a tarefa do intelectual é fornecer instrumentos de análise⁸ e não procurar por determinismos ou explicações racionais para a realidade que foi, efetivamente, realizada. Este é o significado da rejeição do progresso de catástrofe única, da legitimação do encadeamento da história dos vencedores. De um lado, não se deixar espantar. De outro, não lavar as mãos secas de sangue.

³ MATE, Reyes. **Meia-noite na história**: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011, p. 191.

⁴ Ibid., p. 205.

⁵ Ibid., p. 170.

⁶ Ibid., p. 187.

⁷ PRIGOGINE, Ilya. O fim da certeza. In: MENDES, Candido (org.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro, Garamond, 2003, p. 56.

⁸ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015, p. 242.

1.1 A HERANÇA E O PENSAMENTO COMPLEXO

Não há espaço para a permanência diante da modernidade, como já avisou o Anjo de Benjamin. Os ventos do progresso impelem com demasiada força. No entanto, diferente do que acontece com o Anjo, a condição profana do humano o faz herdeiro. Ainda hoje, no século XXI, a herança possível é a modernidade, uma vez que esta elege seus herdeiros violentamente⁹, também “é-se responsável perante aquilo que vem antes de si mas também perante o que está por vir, e portanto também *perante a si mesmo*”¹⁰.

A modernidade ainda ‘é’. Não deixou de ser, não entrou para as páginas da historiografia. Ela ‘é’, pois é continuamente herdada, a cada passo, a cada instante, a cada escolha. Neste instante final da escolha, no entanto, reside (e resiste) aquele exercício potencial, não de escolher a própria herança, mas de escolher aquilo que, inserido dentro da herança, não se deixará morrer, que se fará perpetuar, ao mesmo tempo que, visto que não se detém controle sobre a herança, mas apenas sobre aquilo que se escolhe perpetuar, elencar a violência como paradigmática e não como erro, acaso, desvio.

O que precisa saltar aos olhos é o que foi mais escamoteado: o preço que se paga no progresso. É isto que o Anjo encontraria caso conseguisse parar de voar. Na racionalidade moderna este preço é inevitável. As invasões bárbaras dos Europeus nas Américas e o genocídio dos povos originários, que marcam o início da globalização que é hoje uma das ideias mais perniciosas do mundo Ocidental, os holocaustos do século XX, Hiroshima, Nagasaki, as ditaduras militares da América do Sul, o novo movimento colonizador Europeu na África, a escravatura. Todos acontecimentos inevitáveis, como muitos outros, na lógica do progresso.

Não existe caminho único a ser percorrido para realizar as tarefas que são exigidas, não só perante o que está por vir, mas também perante a si mesmo, diante da necessária crítica da modernidade. Mas é justamente a tarefa de começar a trilhar, de fazer as escolhas iniciais, que não é passível de atraso mais. É chegada a hora do ‘acordo possível’¹¹. E parece que este acordo configura uma renúncia do pensamento simplificador que idealizou a realidade (onde o pensamento poderia apreender a realidade por meio de passos determinados), racionalizou a realidade (extirpou aquilo que impedia a coerência, fez do real uma vulgata que confirma a

⁹ DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã**: diálogo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004 p. 12.

¹⁰ Ibid, p. 14.

¹¹ FLORES, Joaquin Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009 p. 171, et seq.

racionalidade simplificadora) e que por fim normalizou a realidade (eliminou o estranho, o que não é passível de ser reduzido, o mistério)¹².

O pensamento complexo de Edgar Morin será o fio condutor, o paradigma. Mas, como o próprio autor ressalta, não “se trata mais de obedecer a um princípio de ordem (eliminando a desordem), de claridade (eliminando o obscuro), de distinção (eliminando as aderências, as participações e as comunicações), de disjunção (excluindo o sujeito, a antinomia, a complexidade)”¹³, mas sim de saber que o conhecimento deve se alimentar da incerteza e se manter na temperatura da sua própria destruição.

1.2 ORDEM-DESORDEM, ORGANIZAÇÃO-DESORGANIZAÇÃO

Na racionalidade moderna, ordem e desordem se excluem. Por séculos o lema de “Ordem e Progresso” rendeu frutos. Conservando a Ordem como princípio, foi possível manter aquilo que era benéfico e invalidar aquilo que representava a desordem. A tarefa do homem consistiria em desvendar as leis naturais para, em seguida, dominar a natureza. Estas leis estariam determinadas e seriam coercitivas, impondo aos seres o agir dentro de determinadas regras. A desordem seria aquilo que responde ao que ainda não foi descoberto e, desta maneira, não deveria importar até segundo momento, no qual tudo seria explicado, onde reinaria a Ordem.

O reinado, de fato, aconteceu. Mas não sem turbulências. Logo a ideia de ordem cessou de ser ‘una’ e passou a comportar diferentes variações. A ordem cosmológica não poderia corresponder a ordem biológica por uma incapacidade de comparação entre os seres vivos e as estrelas e planetas. A complexidade aparece quando onde se via ordem surge a ideia de interação. O que aparecia como ordem, como a movimentação dos planetas, imutável e eterna, se transforma em interação gravitacional entre as estrelas. A interação é uma “noção intermediária entre desordem, ordem e organização”¹⁴ que transforma a ordem e a desordem em noções complexas em relação de concorrência, complementaridade e antagonismo. As sociedades humanas, nestes termos, respondem muito melhor quando questionadas em termos de interação e não de leis determinadas e ordem. É a interação constante entre ordem e desordem que organiza, desorganiza e reorganiza as relações sociais (assim como as moleculares).

¹² MORIN, Edgar. **O Método 1: A Natureza da Natureza**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 36.

¹³ *Ibid.*, p. 37.

¹⁴ *Ibid.*, p. 37.

É a partir dessa ideia que Morin chega ao circuito tetralógico¹⁵, ligando ordem, desordem e organização através das interações e reencontros. Para haver encontro, deve haver turbulência, gerada pela desordem. Que ordem e desordem funcionam em função recíproca e não de maneira isolada. Essas ideias tomarão forma durante o caminho e ajudarão a entender os processos de reorganização, interação e retroalimentação fundamentais para a problemática que será trabalhada.

1.3 A ECOLOGIA DA AÇÃO

A incursão nas ideias de ordem e desordem neste momento parecem um pouco abstratas, mas já colocam em evidência uma problemática central: a noção de observador e a produção do conhecimento. A ideia de ordem representa para o conhecimento científico da modernidade, junto com a separação sujeito-objeto, a possibilidade de sua produção. É a ideia de que, com um bom método, é possível chegar a verdade. Quando a simplificação foi escolhida como paradigma deste método e este foi elevado ao posto de único, a dogmática se fez presente, isto é, a necessidade da crença, que não deveria ser necessária quando se lida, na racionalidade positivista, com objetos, surge como elemento invisível e traiçoeiro.

Mesmo a separação entre sujeito e objeto reside no âmbito da crença, uma vez que “não havia, na realidade, separação entre sujeito e objeto, mas sim determinação do sentido do objeto de forma exterior e não relacional, por um sujeito que impunha sua vontade”¹⁶. Assim, se não há acesso imediato, é possível, ainda, que exista acesso mediato. Da maneira que representa Morin, que não é a única forma de se fazer, mas somente uma das possíveis

deve-se, portanto, não somente codificar, mas também *imaginalizar* e abstrair para conhecer; o real deve necessariamente, para ser conhecido, *irrealizar-se* em signos/símbolos, representações, discursos, ideias. É pela sua irrealidade que o conhecimento tem acesso à realidade, mas essa irrealidade deve organizar-se e é através dessa organização “*real*” que o conhecimento entra em correspondência com a realidade.¹⁷

Esta representação da virada linguística, onde o princípio de inteligibilidade deixa de ser a ordem e passa a ser a linguagem demonstra o que, a partir do pensamento complexo, em interação com elementos como a dupla ordem-desordem e organização-desorganização, será a possibilidade do conhecer científico. No entanto, isto talvez não seja suficiente. A racionalidade moderna postulou ainda a neutralidade do observador e a objetividade científica. Desentranhou

¹⁵ Ibid., p. 78.

¹⁶ KHALED, Salah Hassan. **A busca da verdade no processo penal**: para além da ambição inquisitorial. São Paulo: Atlas, 2013, p. 208.

¹⁷ MORIN, Edgar. **O Método 3**: o conhecimento do conhecimento. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 236.

a ideia de sujeito cognoscente, impedindo o movimento circular onde ele também é objeto do próprio conhecimento. Isto fica claro com o caráter utilitário e instrumental que o conhecimento toma na modernidade, colocando a curiosidade como excentricidade. A curiosidade¹⁸ permite uma “finalidade em si, ou seja, uma satisfação propriamente cognitiva de descoberta e de exame; em outras palavras, o prazer de conhecer”¹⁹.

Surge, no entanto, um problema importante que pode ser formulado em uma pergunta bastante simples: qual o limite, então, da curiosidade? Tomando que exista, de fato, tal curiosidade, ela estaria habilitada para explorar livremente aquilo que lhe é possível? Isto é, o único limite é o limite do que se deixa ser conhecido? Parece evidente que a resposta para estas perguntas deve ser negativa. Aliás, é o que já se sabe sobre a modernidade que deve responder as perguntas negativamente.

Para o problema que se apresenta não existe, propriamente, solução. Não de forma involuntária de qualquer maneira. A ordem que havia sido definida como lei poderia, talvez, apresentar-se como solução involuntária. No momento o máximo que é possível apresentar se constitui em uma das possíveis (re)mediações voluntárias. É o que Morin irá chamar de Ecologia da Ação²⁰.

No segundo volume d’O Método é apresentada a ideia inicial de Ecologia da Ação e de Ecologia das Ideias. Lembrando o que chama de velha sabedoria, alude que de boas intenções o inferno está cheio. Quase ao mesmo tempo, invoca a obra *Mefistófeles* de Goethe e complementa que se é verdade que o inferno está cheio de boas intenções, o paraíso pode estar cheio de más intenções. Desta brincadeira se extrai o primeiro princípio da Ecologia da Ação: “o nível de eficácia ótima de uma ação se situa no início de seu desenvolvimento”²¹, ou seja, se da ação é esperado algum tipo de reverberação ou de efeito, seu aproveitamento máximo irá diminuir com seu distanciamento da ação de origem. Assim que uma ação é jogada ao mundo, não há controle sobre em quais jogos e qual número de jogos de interações, retroalimentações e retroações nos quais ela irá se envolver. Não é que ela seja autônoma, mas sim que o ambiente se torna ecoco-organizador, concorrendo para as mudanças de direção ou estagnação.

Do desenvolvimento do primeiro princípio é formulado o segundo princípio: as últimas consequências de um ato não são predizíveis. Aquilo que, dentro de um paradigma da

¹⁸ Pode-se acrescentar aqui o que Paulo Freire chamou de curiosidade epistemológica, que é o exercício crítica da capacidade de aprender. Cf. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e terra, 1996, p. 14.

¹⁹ MORIN, Edgar. **O Método 3**: o conhecimento do conhecimento. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 74.

²⁰ MORIN, Edgar. **O Método 2**: a vida da vida. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.p. 100.

²¹ Ibid., p. 102.

simplificação, é constantemente referido como separação entre teoria e prática, no paradigma da complexidade se transforma neste segundo princípio. Os fins últimos da ação não só estão fora de controle, não se confundindo com os fins desejados, como também são impossíveis de prever.

Não só ações são passíveis dos jogos ecológicos, mas também ideias e teorias. De fato, Morin propõe considerar teorias, ideologias, mitos, deuses como seres noológicos dispondo de certas propriedades da existência viva:

os deuses são, nos seus aspectos biofórmicos e antopomórficos, os seres-de-espírito mais acabados. Os deuses provêm certamente de projeções imaginárias dos humanos; são certamente substâncias ectoplásmicas segregadas por uma comunidade de crenças no seio de uma cultura. Mas essa substância ectoplásmica autonomiza-se, autoativa-se e dita as suas vontades aos espíritos/cérebros de que provém. Assim, estabelece-se um circuito autoecológico no qual a comunidade de crença e de fé dos espíritos/cérebros constitui o ecossistema dos deuses e, a partir daí, os deuses vivem nos seus templos, exigem orações, oferendas, sacrifícios, suscitam o amor e temor, coabitam no universo dos mortais, simultaneamente na mais total dependência e na mais absoluta soberania. Assim, uma cultura é um ecossistema dos seus deuses e dos seus mitos, e esses deuses e mitos extraem dos nossos espíritos/cérebros o alimento vital²².

Da mesma forma que acontece com os deuses, as ideias e ações mais abstratas são, aparentemente, desprovidas de existência viva. Mas só enquanto concebidas de forma isolada. Talvez o aspecto mais importante neste momento seja que essas entidades propostas por Morin se alimentam pela cultura. Enfim, talvez seja pertinente lembrar deste pequeno desvio quando da análise dos dispositivos em Foucault, mas principalmente em Agamben.

Feito o desvio, é interessante notar que Morin apresenta em outro livro²³ os três viáticos. Diante da incerteza do mundo, a cabeça-bem-feita não pratica um ceticismo generalizado, mas antes se esforça para pensar bem, para não se iludir, e para tanto pode contar justamente com estes três caminhos. O primeiro viático é estar consciente da ecologia da ação já abordada. O segundo viático é trabalhar em torno da ideia de estratégia. Como geralmente acontece, a ideia de estratégia é seguida de uma outra ideia que se opõe ao mesmo tempo que se complementa: a ideia de programa, que consiste no “conjunto de instruções codificadas que, quando aparecem as condições específicas da sua execução, permitem o desencadeamento, o controle, o comando por um aparelho de sequências de operações definidas e coordenadas para alcançar certo resultado”²⁴.

²² Ibid., p.103.

²³ MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 61-63.

²⁴ MORIN, Edgar. **O Método 2**: a vida da vida. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 250.

A estratégia, assim como o programa, comporta este desencadeamento de operações coordenadas. Mas enquanto o programa depende das decisões iniciais, a estratégia funciona a partir de decisões sucessivas que levam em consideração o desenvolvimento da situação, respondendo melhor, portanto, à desordem e às perturbações que não foram previstas previamente. De um lado, os eventos aleatórios são perigosos ou inúteis, enquanto que de outro, são aproveitáveis e absorvidos. No jogo de xadrez, os ataques e as defesas são finitas, pré-determinadas. Existe uma resposta certa para cada jogada do adversário. No entanto, a programação é insuficiente quando existente o fator humano: o cansaço, o aspecto emocional, o aspecto racional, todos os aspectos demasiado humanos que concorrem em um jogo de xadrez possibilitam o florescimento da ideia de estratégia. Assim, o xadrez comporta, ao mesmo tempo, o programa e a estratégia. Também o faz a vida.

O terceiro viático é o desafio. Consiste na consciência de que, visto os princípios da ecologia da ação e da noção de estratégia, as ações encerram sempre em uma aposta, caracterizada como integração da incerteza à fé ou à esperança. Este é, talvez, o caminho que caracteriza o trabalho intelectual neste novo milênio. A incerteza do futuro, do que está por vir representa um peso magnífico, enquanto que a integração da incerteza representa a leveza, para utilizar as figuras do romance de Kundera²⁵. Estas figuras ajudam a pensar o caráter ambivalente do desafio, que remonta às ideias de herança e de responsabilidade perante si mesmo e perante o que se encontra ao longo do caminho, uma vez que “cada um deve estar plenamente consciente de que sua própria vida é uma aventura”²⁶.

As aventuras da vida dizem muito para aquele disposto a ouvir:

o único herói capaz de decepar a cabeça da Medusa é Perseu, que voa com sandálias aladas; Perseu, que não volta jamais o olhar para a face da Górgona, mas apenas para a imagem que vê refletida em seu escudo de bronze [...]. Para decepar a cabeça da Medusa sem se deixar petrificar, Perseu se sustenta sobre o que há de mais leve, as nuvens e o vento; e dirige o olhar para aquilo que só pode se revelar por uma visão indireta, por uma imagem capturada no espelho[...]. A relação entre Perseu e a Górgona é complexa: não termina com a decapitação do monstro. Do sangue da Medusa nasce o cavalo alado, Pégaso; o peso da pedra pode reverter em seu contrário; de uma patada, Pégaso faz jorrar no monte Hélicon a fonte em que as Musas irão beber. Em algumas versões do mito, será Perseu quem irá cavalgar esse maravilhoso Pégaso, caro às Musas, nascido do sangue maldito da Medusa. (Mesmo as sandálias aladas, por sua vez, provinham de um mundo monstruoso: Perseu as havia recebido das irmãs de Medusa, as Graias de um olho só.) Quanto à cabeça cortada, longe de abandoná-la, Perseu a leva consigo, escondida num saco; quando os inimigos ameaçam subjuga-lo, basta que o herói a mostre, erguendo-a pelos cabelos de serpente, e esse despojo sanguinoso se torna uma arma invencível em suas mãos, uma arma que utiliza apenas em casos extremos e só contra quem merece o castigo de ser transformado em estátua de si mesmo[...]. Perseu vence uma nova batalha, massacra

²⁵ Cf. KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

²⁶ MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 63.

a golpes de espada um monstro marinho, liberta Andrômeda. E agora trata de fazer o que faria qualquer um de nós, após uma façanha desse porte: vai lavar as mãos. Nesse caso, o problema está em onde deixar a cabeça de Medusa[...]. “Para que a areia áspera não melindre a anguícoma cabeça, ameniza a dureza do solo com um ninho de folhas, recobre-o com algas que cresciam sob as águas, e nele deposita a cabeça da Medusa, de face voltado para baixo”. A leveza de que Perseu é o herói não poderia ser melhor representada, segundo penso, do que por esse gesto de refrescante cortesia para com um ser monstruoso e tremendo, mas mesmo assim de certa forma precível, frágil. Mas inesperado, contudo, é o milagre que se segue: em contato com a Medusa, os râmulos aquáticos se transforma em coral, e as ninfas, para se enfeitarem com ele, acorrem com râmulos e vergôntas, que aproximam da hórrida cabeça.²⁷

Muito poderia ser sobre os significados deste mito como contado, principalmente a partir do pensamento complexo. No entanto, melhor seguir os passos de Ítalo Calvino e reconhecer que “toda interpretação empobrece o mito e o sufoca: não devemos ser apressados com os mitos; é melhor deixar que eles se depositem na memória, examinar pacientemente cada detalhe, meditar sobre seu significado sem nunca sair de sua linguagem imagística”²⁸. Apesar disso, é possível apostar que o mito da derrota da Medusa acompanha quase todas as páginas do presente trabalho. Contudo, é preciso continuar.

1.4 FOUCAULT E O PRELÚDIO BIOPOLÍTICO

Em uma entrevista²⁹ Foucault discorre sobre a necessidade de perceber a diferença entre aquilo que é ruim e aquilo que é perigoso e que, enquanto aquilo que é ruim leva à apatia, aquilo que é perigoso impele à ação, mesmo que na forma de um ativismo pessimista. O entrevistador então pergunta se não seria lógico, diante das preocupações que ele apresenta, que Foucault escrevesse uma genealogia do biopoder, ao que Foucault responde “I have no time for that now, but it could be done. In fact, I have to do it”. Aí está o ativismo pessimista diante do algo perigoso, esta última sentença, toda a força presente no ‘ter que fazer’. Infelizmente, ele não fez. Boa parte das próximas páginas será sobre Foucault não ter feito o que disse que ‘tinha’ que fazer, embora antes seja apresentado aquilo que, de fato, ele ‘fez’.

Dentro das contribuições de Foucault se encontra sua noção peculiar sobre o Poder. Logo no começo do curso do ano de 1976 surge um dos pontos de partida, após a rejeição aparente e inicial das hipóteses clássicas de poder, como a aceção clássica que gira em torno do contrato, ou ainda em forma de dominação nas relações econômicas, onde o autor lembra que

²⁷ CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**: lições americanas. São Paulo: Companhia das letras, 1990, p 16, eq seq.

²⁸ Ibid., p.16.

²⁹ RABINOW, Paul. **The Foucault Reader**. New York: Pantheon Books, 1984, p. 344.

dispomos, primeiro, da afirmação de que o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato. Dispomos igualmente desta outra afirmação, de que o poder não é primeiramente manutenção e recondução das relações econômicas, mas, em si mesmo, primariamente, uma relação de força.³⁰

A partir deste pequeno trecho é possível extrair principalmente os cuidados que se deve tomar quando em frente aos problemas ligados ao poder. Uma busca pela análise do poder em Foucault é tarefa que demanda pesquisa própria, motivo pelo qual, por enquanto, se retém estes cuidados, mas não se avança nesta questão propriamente dita.

É Deleuze³¹ quem aponta o caráter transicional das sociedades estudadas por Foucault. Assim, a sociedade disciplinar sucedeu as sociedades da soberania e foi sucedida pela sociedade do controle. Na sociedade disciplinar a principal forma do poder é o controle disciplinar, possuindo no panoptismo suas principais formas de exercício. Três são elencadas³² e irão se exercer de forma ‘capilar’, em diferentes níveis e em diferentes corpos. A primeira é a vigilância individual e contínua, dinâmica essencial para o nascimento da prisão moderna. As outras duas vertentes são caracterizadas como o controle da punição e da recompensa e a correção moral e da força produtiva, que pressupõe um corpo-a-corpo rudimentar, direto. Esse conjunto de técnicas é chamada de anátomo-política³³ e continuam sendo exercidas na sociedade atualmente.

Foucault nota, no entanto, o surgimento de um outro tipo de técnica, uma que “não suprime a técnica disciplinar, simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes”³⁴ e que foi chamada por ele de ‘biopolítica’ da espécie humana. A principal diferença é que esta nova técnica se dirige à multiplicidade dos homens. A ideia de biopolítica será retomada na parte dedicada ao estudo de Agamben. O prelúdio da biopolítica em Foucault é assim a nova dinâmica de poder, que ele irá caracterizar em contraposição às formas de poder da sociedade da soberania: “A soberania fazia morrer e deixava viver. Eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e deixar morrer”³⁵.

Além de permitir o vislumbre inicial da biopolítica, Foucault faz uso de outra noção bastante importante para a presente pesquisa: o dispositivo. Em outra entrevista³⁶ o autor é

³⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins fontes, 1999, p. 21.

³¹ DELEUZE, Gilles. **Conversações**, 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 219.

³² FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau, 2013, p. 103.

³³ Id. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 298.

³⁴ Ibid., p. 289.

³⁵ Ibid., p. 294.

³⁶ Id. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015, p. 364.

indagado sobre o sentido e a função metodológica do dispositivo nas suas pesquisas sobre a história da sexualidade. Ocorre, assim, a tentativa de caracterizar a noção de dispositivo, que tinha sido utilizada de forma mais ou menos esparsa pela obra de Foucault e que Agamben irá retomar e realizar a tentativa de rastrear suas origens. A resposta consiste nas três características fundamentais do dispositivo na ótica foucaultiana.

Em primeiro lugar, o termo demarcaria um conjunto “heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas”³⁷. O dispositivo seria assim a rede que se pode estabelecer entre estes elementos, tanto o dito quanto o não dito. Afastando a homogeneidade, Foucault também se afasta novamente dos termos clássicos e das definições simples. Além disso, carrega parte de sua concepção de poder ao estabelecer que a conexão entre os elementos se dá em forma de rede.

Em segundo lugar resta configurado o jogo que acontece na rede entre os elementos. Um mesmo elemento pode realizar mais de uma função diferente na rede, inclusive funções com finalidades opostas dependendo da ocasião. Aproximando timidamente ideias dos autores, os elementos do dispositivo de Foucault estão mais próximos da ideia de estratégia de Morin do que da ideia de programa. Eles são capazes de responder, entrar em jogos de interação e retroação, inclusive entre o dito e o não dito.

No terceiro momento, a aproximação com a ideia de estratégia fica ainda mais clara. Foucault irá dizer que entende o “dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”³⁸. Em seguida, procura explicar como funciona essa função estratégica:

um primeiro momento é o da predominância de um objetivo estratégico. Em seguida, o dispositivo se constitui como tal e continua sendo dispositivo à medida que engloba um duplo processo: por um lado, processo de *sobredeterminação funcional*, pois cada efeito, positivo ou negativo, desejado ou não, estabelece uma relação de ressonância ou de contradição com os outros, e exige uma rearticulação, um reajustamento dos elementos heterogêneos que surgem dispersamente; por outro lado, processo de perpétuo *preenchimento estratégico*.³⁹

O que deve ficar claro no momento é ainda outra aproximação: os momentos históricos que são analisados muitas vezes como pontos isolados em uma linha do tempo imaginária podem ser vistos como inseridos na rede estratégica dos dispositivos. Ao mesmo tempo que isso traz uma enorme dificuldade, também impede a ingenuidade na análise. De qualquer

³⁷ Ibid., p. 364.

³⁸ Ibid., p. 365.

³⁹ Ibid., p. 365, grifo do autor.

maneira, será possível retomar a ideia de dispositivo presente em Foucault quando for o momento de discutir a resistência contemporânea aos movimentos de captura dos dispositivos.

1.5 DELEUZE E O DISPOSITIVO

Deleuze procura responder o que é um dispositivo em um pequeno texto⁴⁰. Diferentemente de Agamben, Deleuze se demora bastante sobre a ideia de dispositivo em Foucault a partir da entrevista e procura, aparentemente, ligar a ideia de dispositivo a ideia de cartografia. A ideia de cartografia, por sua vez, remonta ao Rizoma, elemento de análise dos estudos de Deleuze e Guattari. Nas palavras deste último, os sistemas “em rizoma ou ‘em treliça’, ao contrário, podem derivar infinitamente, estabelecer conexões transversais sem que se possa centrá-los ou cerca-los”⁴¹.

Voltando ao texto de Deleuze, ele propõe que o dispositivo é

uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente. E, no dispositivo, as linhas não delimitam ou envolvem sistemas homogêneos por sua própria conta, como o objecto, o sujeito, a linguagem, etc., mas seguem direções, traçam processos que estão sempre em desequilíbrio, e que ora se aproximam ora se afastam uma das outras. Qualquer linha pode ser quebrada – está sujeita a *variações de direcção* – e pode ser bifurcada, em forma de forquilha – está submetida a *derivações*. Os objetos visíveis, os enunciados formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vectores ou tensores[...]. Desenredar as linhas de um dispositivo, em cada caso, é construir um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas[...]

Como é possível observar, a cartografia do dispositivo permitiria desenredar as linhas do dispositivo, que estariam em constante modificação, como acontece nos processos rizomáticos. Existem, ainda segundo Deleuze, curvas de visibilidade, feitas de linhas de luz que formam figuras variáveis. Assim, conforme a interação entre a luz que caí e o regime de luz de cada dispositivo será possível observar ou não os objetos atrelados a estas linhas. Da mesma forma existem as curvas de enunciação, que reserva a interação dos enunciados dentro das linhas dos dispositivos. Seria onde se produz, se visibiliza e se omite as relações de poder-saber em determinados momentos históricos, mantendo ligação com o carácter estratégico apontando por Foucault.

⁴⁰ Infelizmente o texto ainda se encontra sem tradução no Brasil. Há, no entanto, uma tradução portuguesa no livro *O mistério de Ariana* da editora portuguesa Vega. É esta tradução, disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=forums&srcid=MTYwMTQwMzYzNTUyMzk2Mjc2MDIBMTA5MDkzNTY5MDIwMDkxNDM2OTcBNk1haURIUzZOcXdKATAuMQEBdjl> que servirá de base para o presente trabalho.

⁴¹ GUATTARI, Felix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996, p. 322.

As linhas de força seriam a dimensão poder-saber que torna as duas primeiras curvilíneas, ou seja, “de algum modo, elas <<rectificam>> as curvas dessas linhas, cobrem os trajectos de uma linha a outra linha, estabelecem o vaivém entre o ver e o dizer, agem como flechas que não cessam de entrecruzar as coisas e as palavras”. Por fim, as linhas de subjetivação apresentam um ponto de fuga (ou seja, são linhas de fuga) em torno da barreira aparentemente intransponível que as linhas de força representariam. Assim como as raízes das árvores possuem uma capacidade quase ilimitada de sempre encontrar um caminho não obstruído, a constituição do sujeito, a subjetivação, torna-se possível e um princípio de autonomia é mantido. O contrário seria uma visão fatalista onde não há lugar para o eu fora dos dispositivos de saber-poder.

A principal contribuição do texto de Deleuze para o estudo do dispositivo parece ser este último aspecto que mantém a produção de subjetividade possível mesmo dentro da rede do dispositivo e, inclusive, ressalta esta produção como fazendo parte do dispositivo. Agamben, como se verá em seguida, parece bem mais pessimista no primeiro momento com relação ao sujeito que se envolve nas malhas do dispositivo.

1.6 AGAMBEN E O DISPOSITIVO

Agamben apresenta no Brasil em 2005 a primeira versão do ensaio que se tornaria o texto “O que é um dispositivo?”. Embora o título seja o mesmo do texto de Deleuze, nenhuma menção é feita sobre o mesmo. No primeiro momento, Agamben propõe uma genealogia do termo dispositivo no pensamento de Foucault, rastreando-o até a noção de positividade. Em seguida, apresenta os rumos de sua pesquisa que caracteriza como genealogia teológica da economia, onde se interessou pela ideia de *oikonomia*.

O giro, propriamente, de Agamben em relação ao dispositivo de Foucault acontece com a integração de um novo elemento, fruto de seus estudos que alguns anos depois irão aparecer no livro *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*, que também faz parte do arco *Homo Sacer*. No momento, entretanto, basta seguir os passos apresentados pelo autor no próprio texto ‘O que é um dispositivo?’, muito embora talvez seja necessário voltar ao tema de forma mais elaborada conforme as investigações se aprofundam.

Deleuze em seu texto sobre o dispositivo sugere que a pesquisa de Foucault se dá por meio de crises. Assim, a ideia geral de dispositivo seria fruto daquilo que Foucault mesmo

define como ponto alto dos sintomas de uma enfermidade⁴². Agamben, por outro lado, organiza a pesquisa sobre o dispositivo de forma mais genealógica, realizando aquele trabalho próprio de biblioteca e de textos empoeirados aos quais a maioria dos pesquisadores não tem acesso, o que já é um motivo para ler sua pesquisa.

O novo elemento trazido por Agamben é a *oikonomia*, e ao traçar suas origens se depara com o fato de que

tratava-se, com precisão, de um problema extremamente delicado e vital, talvez, da questão decisiva na história da teologia cristã: a Trindade. Quando, no decorrer do segundo século, começou-se a discutir sobre uma Trindade de figuras divinas, o Pai, o Filho e o Espírito, houve, como era de se esperar, no interior da Igreja uma fortíssima resistência por parte dos seus mentores que pensavam com temo que, deste modo, se arriscava reintroduzir o politeísmo e o paganismo na fé cristã. Para convencer estes obstinados adversários (que depois foram definidos como “monarquianos”, isto é, partidários do governo de um só), teólogos como Tertuliano, Hipólito, Irineu e muitos outros não encontraram melhor maneira do que se servirem do termo *oikonomia*. O argumento deste era mais ou menos o seguinte: ‘Deus, quanto ao seu ser e à sua substância, é, certamente, uno; mas quanto à sua *oikonomia*, isto é, ao modo em que administra a sua casa, a sua vida e o mundo que criou, é, ao contrário, tríplice. Como um bom pai pode confiar ao filho o desenvolvimento de certas funções e de certas tarefas, assim Deus confia a Cristo a ‘economia’, a administração e o governo da história dos homens⁴³

Assim, a separação entre ser e ação, ontologia e práxis, presente na ideia de *oikonomia*, ao alimentar a economia e a política se resolve em uma ação que não apresenta fundamento no ser, encerrando em uma herança de esquizofrenia na cultura ocidental.

A novidade que ideia de *oikonomia* representa nos estudos sobre o dispositivo é justamente que, quando os padres latinos traduziram o termo, chegou-se ao *Dispositio*, do qual deriva o termo atual dispositivo. É por isso que Agamben irá dizer que

os ‘dispositivos’ de que fala Foucault estão de algum modo conectados com esta herança teológica, podem ser de alguma maneira reconduzidos à fratura que divide e, ao mesmo tempo, articula em Deus ser e práxis, a natureza ou a essência e a operação por meio da qual ele administra e governa o mundo das criaturas. O termo dispositivo nomeia aquilo em que e por meio do qual se realiza uma pura atividade de governo sem nenhum fundamento no ser. Por isso os dispositivos devem sempre implicar um processo de subjetivação, isto é, devem produzir o seu sujeito.⁴⁴

Este pequeno trecho apresenta, pelo menos, duas conexões bastante interessantes: a primeira é sua ligação com o Estado de Exceção, principalmente quando aproximado da ideia de Schmitt de decisão soberana. Pura atividade de governo sem fundamento no ser e o soberano que decide sobre a Exceção são, até certo ponto, o mesmo, ou ao menos se abarcam; da mesma

⁴² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015, p. 176.

⁴³ AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p 36.

⁴⁴ Ibid., p. 38.

maneira, o processo de subjetivação é o elo entre o dispositivo e o *homo sacer*, isto é, o sujeito do Estado de Exceção.

Se antes ocorre o giro, agora Agamben se aproxima mais de uma ruptura ao propor situar os dispositivos em um novo contexto, onde existe a divisão em dois grandes grupos: os seres vivos de um lado, os dispositivos de outro. A dinâmica que ele apresenta é que esses seres vivos estão sendo constantemente capturados pelos dispositivos. Além disso, propõe uma maior generalização dos dispositivos, englobando “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”⁴⁵.

Assim, de um lado estão os seres vivos e do outro os dispositivos, enquanto que no meio estão os sujeitos, resultados da relação corpo a corpo entre esses e aqueles. Assim, lembrando a ideia cartográfica de Deleuze e Foucault, os diferentes dispositivos atuam no processo de subjetivação dos seres vivos, inclusive de forma concorrente e concomitante, levando ao próprio enfraquecimento da ideia de subjetividade. Com a proliferação demasiada dos dispositivos, lembrando é claro que Agamben considera como dispositivo do cigarro ao telefone celular, os processos de subjetivação presentes no corpo a corpo em cada sujeito pouco muda dentro dos limites regionais ou nacionais, ou ainda em maior escala, como é o caso da internet.

Este constante modelamento por parte dos dispositivos leva Agamben a pensar em modos de fazer frente a situação, deixando claro que “não se trata simplesmente de destruí-los, nem, como sugerem alguns ingênuos, de usá-los de modo correto”⁴⁶. Na raiz do dispositivo está o desejo do ser humano de ser feliz enquanto que o dispositivo é a possibilidade de captura deste desejo e seu eventual modelamento, uma vez que “todo dispositivo de poder sempre é duplo: por um lado, isso resulta de um comportamento individual de subjetivação e, por outro, da sua captura numa esfera separada”⁴⁷. A estratégia sugerida é, já que é necessário libertar aquilo que foi capturado nos dispositivos, é restituí-los ao uso comum, o que leva o autor ao termo profanação.

A pesquisa sobre o dispositivo se volta para a ideia de profanação uma vez que, se o dispositivo é aquilo que separa e captura, se faz necessária a restituição daquilo que foi colocado em outra esfera. Assim, se “sagradas ou religiosas eram as coisas que de algum modo pertenciam aos deuses[...], profanar, por sua vez, significava restituí-las ao livre uso dos

⁴⁵ Ibid., p. 40.

⁴⁶ Ibid., p. 42.

⁴⁷ AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 79.

homens”⁴⁸. A consagração, isto é, a saída das coisas da esfera humana para a esfera sagrada, ocorre por meio do dispositivo do sacrifício, dos rituais que permitem a passagem para a outra esfera, enquanto que “a profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido”⁴⁹.

Agamben, é claro, percebe não só a importância da profanação como a dificuldade de sua visualização. Nos sacrifícios, muitas vezes apenas uma parte é oferecida aos deuses e consagrada, enquanto que, aquilo que é tocado, se torna profano e não deixa a esfera de uso comum, podendo ser comida. Outra possibilidade é a negligência quanto ao fato de existir a separação, isso é, fazer um uso particular daquilo que, já consagrado, pode ser utilizado de forma diferente. Neste âmbito se encontra o jogo. A criança que brinca com objetos sacralizados atua de forma negligente, sem se importar com seu uso costumeiro, ou mesmo com seu uso utilitário. Não se trata propriamente de fazer uso para fins determinados, mas sim de fazer um uso sem fim definido.

Existem objetos, no entanto, que parecem improfanáveis. São objetos de tão grande importância que os dispositivos estão sempre concorrendo com os contradispositivos e os primeiros costumam vencer. Primeiro, pois as formas de profanação não são necessariamente eternas. Aquilo que é comido no ritual de sacrifício se torna, logo após, em defecação, escondida e proibida pela rede de dispositivos. A criança acaba por se enjoar da brincadeira. O uso negligente não é contínuo. Em tempos de ‘capitalismo como religião’, o jogo Banco Imobiliário parece, no primeiro momento, o retrato da profanação do dinheiro (símbolo costumeiro do capitalismo). Mas basta um segundo olhar para perceber que os dispositivos capturam, a todo momento, a possibilidade de profanação que o jogo carrega, uma vez que nunca é permitido seu uso negligente. Certamente que é possível construir seu próprio tabuleiro, utilizar conchas como moeda e declarar que o ganhador é o participante que parar na casa seis o maior número de vezes em dez rodadas, mas ainda assim não só é discutível se é um caso de uso negligente, como existem inúmeras possibilidades de uma nova consagração, tornando esta criação apenas um novo modo de jogar, recapturando o sujeito.

Esta dificuldade da profanação também passa por outro aspecto do dispositivo relatado por Agamben: “o que define os dispositivos com os quais temos que lidar na atual fase do capitalismo é que estes não agem mais tanto pela produção de um sujeito quanto por meio de processos que podemos chamar de dessubjetivação”⁵⁰. O autor acaba por demonstrar, ao

⁴⁸ Ibid., p. 65.

⁴⁹ Id. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 45.

⁵⁰ Ibid., p. 47.

ressaltar um aspecto dessubjetivador, menos fé na ideia que Deleuze havia apresentado quanto a manutenção da produção de subjetividade dentro da rede de dispositivos, ao mesmo tempo que se aproxima da ideia de ‘cifra’ que será trabalhada posteriormente.

2 O BANCO DE DADOS GENÉTICOS

To the white folks who watched he was a revolutionary bum

And to the black folks he was just a crazy nigger

No one doubted that he pulled the trigger

And though they could not produce the gun

The D.A. said he was the one who did the deed

And the all-white jury agreed

Bob Dylan. Hurricane.

Repetindo a pergunta bastante significativa que se apresenta como título desta pesquisa, ‘o que é um banco de dados genéticos’? A pergunta, por si, já, de forma um tanto quanto oblíqua, apresenta uma resposta, por sua forma. O significativo aqui parece ser justamente a dupla possibilidade-impossibilidade de responder tal pergunta sem tomar um caminho oblíquo. De forma contundente, bastaria responder: ‘Oras, é um banco de dados genéticos’. O bom bacharel em direito talvez ainda complementasse: ‘Que foi instituído no Brasil por meio da lei 12.654/2012’. E o crente ingênuo diria ‘que bom!’.

Ao final do texto *O que é um dispositivo?*, Agamben faz uma provocação ao dizer que, aos olhos da autoridade, nada se assemelha ao terrorista melhor do que o homem comum. O cidadão da democracia de hoje estaria tão dócil, após a sociedade disciplinar e a sociedade do controle, após o corpo a corpo dos dispositivos, tornando sua maleabilidade tão alta que ele se torna um terrorista virtual. E então o autor avisa que os procedimentos biométricos estão tomando a Europa (e já tomaram o Brasil, uma vez que o restaurante universitário da Universidade Federal de Rio Grande utiliza a impressão biométrica para a simples tarefa de almoçar ou jantar), antes reservadas aos prisioneiros e criminosos, estão sendo aplicados à coletividade. A proliferação de câmeras de vigilância faz graça da distopia Orwelliana.

A fragilidade da situação atual, no entanto, parece exigir medidas pouco usuais. Lembrando o que já foi dito por Foucault, o papel do intelectual é fornecer instrumentos de análise, quer dizer, não procurar ensinar as pessoas, reconhecer que elas sabem o que fazem e o que devem fazer. Mas nas novas relações biopolíticas e das dinâmicas do dispositivo, principalmente a mídia, as medidas de exceção se tornam regra por meio de uma normalização que passa por meios aparentemente inofensivos. A oposição ao aparato de técnicas de controle

biopolítico deve se dar não somente pelo que representam hoje, mas pelo que representaram no passado e, tendo em vista a ecologia da ação e o paradigma da incerteza, o que representam para o futuro. Agamben assim avisa, em texto publicado no jornal *Le Monde*, que “o que está em jogo aqui não é nada menos que a nova relação supostamente “normal” entre os cidadãos e o Estado”⁵¹.

Assim, um banco de dados genéticos, isoladamente, nada ou muito pouco representa. De fato, a enorme quantidade de dispositivos de controle já existentes na sociedade do controle ajuda a neutralizar aquilo que este banco poderia representar para a população geral. Além disso, os dispositivos discursivos atuam pesadamente hoje: se o Estado passa a tratar todas as pessoas como terroristas virtuais, a população por outro lado se torna cada vez mais separada, em constante cisão, em polaridades como cidadão de bem e criminoso.

O ingênuo, quanto ao dispositivo, é aquele que propõe que é possível fazer o uso de forma alternativa, melhor. É assim que, quanto ao banco de dados, é possível que o Senador *Ciro Nogueira* escreva que “a determinação de identidade genética pelo DNA pode ser usada para muitos fins hoje em dia: demonstrar a culpabilidade dos criminosos, exonerar os inocentes, identificar corpos e restos humanos em desastres aéreos e campos de batalha, determinar paternidade, elucidar trocas de bebês em berçários e detectar substituições e erros de rotulação em laboratórios de patologia clínica”⁵². Perfeito. Com a mesma técnica, a mesma ferramenta, é possível demonstrar a culpa do criminoso e exonerar o inocente. Afinal, no mundo de hoje, só existem os criminosos (note que, ele já é criminoso, o que será demonstrado é que ele também é culpado) e os inocentes.

No relatório Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania⁵³, a principal defesa para a aprovação do projeto que regula a criação do banco de dados é sua existência em outros países. Atualmente a matéria é objeto do Recurso Extraordinário 973837 e teve sua repercussão geral reconhecida pelo STF, que irá analisar a constitucionalidade da norma que cria o Banco de Dados Genéticos a partir das extrações obrigatórias de DNA de criminosos condenados. O dispositivo do banco, assim, atua em torno de sujeitos já constituídos por outros dispositivos, mas dentro de uma estratégia biopolítica de governo surge como dessubjetivação.

⁵¹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1801200404.htm> Acesso em: 21/08/2016.

⁵² Disponível em <http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/87674.pdf>. Acesso em: 21/08/2016.

⁵³ Disponível em <<http://legis.senado.leg.br/mateweb/arquivos/mate-pdf/95075.pdf>>. Acesso em: 21/08/2016.

2.1 CIÊNCIA COM CONSCIÊNCIA

Em termos jurídicos a questão do Banco parece estar encaminhada. Em breve com certeza existirá ações de inconstitucionalidade no STF. A questão que se coloca, no entanto, nesta pesquisa, é a própria possibilidade de o mundo jurídico ter algo a dizer sobre a questão. Outra questão, ainda, é sobre o papel da ciência na sociedade. O caso do banco não é exceção quando, na ciência, a

experimentação, que serviu para alimentar os progressos do conhecimento, provocou o desenvolvimento da manipulação, ou seja, das disposições destinadas à experimentação, e essa manipulação, de subproduto da Ciência, pôde tornar-se o produto principal no universo das aplicações técnicas, onde, finalmente, se experimenta para manipular (em vez de manipular para experimentar). Em outras palavras, as potencialidades manipuladoras de que acusamos os Estados foram produzidas pelo desenvolvimento do próprio conhecimento científico, ou seja, o conhecimento científico tem caráter tragicamente ambivalente: *progressivo/regressivo*.⁵⁴

Pelo menos um caso surge desta problematização de Morin: o caso das armas nucleares das grandes potências mundiais e o papel do conhecimento científico empenhado que a tornou possível. A relação entre a sociedade atual e questão da bomba atômica será analisada em seu devido momento no trabalho a partir das ideias de Foucault e Morin, mas já é possível adiantar que ela representa uma ruptura da ordem dos seres vivos. Viver na temperatura da própria destruição nunca possuiu um significado tão concreto.

Em 1953 foi publicado o artigo “Molecular Structure of Nucleic Acids”⁵⁵ na revista Nature, sugerindo a forma do DNA⁵⁶ (ácido desoxirribonucleico) como é aceita hoje. Na década de 1980 Sir Alec Jeffreys descobre uma nova aplicação do DNA, caracterizada como ‘DNA fingerprint’, relacionando a impressão digital, técnica já conhecida, com o DNA. Poucos anos depois, em 1989, começa o projeto ‘Human Genome Project’⁵⁷, que durou até 2003 e tinha como objetivo identificar os genes que compõe o DNA assim como realizar seu sequenciamento.

É interessante notar que os estudos aprofundados da matéria coincidem com sua aplicação, tendo em vista que o primeiro banco de dados genéticos foi criado no Reino Unido em 1995⁵⁸. Quando criado, apenas o DNA de pessoas condenadas poderia ser armazenado,

⁵⁴ MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 101, grifo do autor.

⁵⁵ Disponível em <http://www.nature.com/nature/dna50/watsoncrick.pdf>. Acesso em: 21/08/2016.

⁵⁶ Em português a sigla utilizada seria ADN, como é o caso de Portugal. No entanto a utilização da sigla DNA no Brasil é costumeira e por isso será utilizada.

⁵⁷ Disponível em: http://web.ornl.gov/sci/techresources/Human_Genome/index.shtml Acesso em: 21/08/2016.

⁵⁸ As informações sobre a história do banco de dados do Reino Unido estão presentes em: <http://www.genewatch.org/sub-537968> e http://news.bbc.co.uk/2/hi/uk_news/6979165.stm Acesso em: 21/08/2016.

enquanto todo o resto deveria ser destruído em caso de absolvição, fim do processo ou mesmo da investigação, muito embora já fosse possível retirar amostras de DNA sem o consentimento da pessoa ou sem a ajuda de médicos, uma vez que a amostra bucal de saliva foi considerada como não-íntima. Pouco tempo depois foi expandido o rol de crimes passíveis de identificação por DNA. Em 2001 as amostras coletadas na Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte poderiam ser mantidas no banco de dados mesmo após a pessoa ser absolvida, assim como manter indefinidamente as amostras de pessoas que voluntariamente se submeteram aos processos de identificação⁵⁹. Em 2003 passou a ser possível manter os dados indefinidamente de qualquer pessoa que tenha sido detida por crime pela polícia. Em 2010, após a decisão⁶⁰ da Corte Europeia de Direitos Humanos em torno da violação de privacidade, passou a ser permitido, no Reino Unido, a retenção do material genético por até seis anos após a prisão, e o material de pessoas presas a partir desta data deverá ser digitalizado e após no máximo seis meses destruída. Em 2007 existia mais de quatro milhões de amostras no banco do Reino Unido, consistindo em 5,2% da sua população. Em 2014 existiam quase sete milhões de amostras⁶¹, enquanto que a população estimada em 2015 é de 65 milhões de pessoas⁶².

O que foi apresentado, é claro, foi a evolução do banco de dados genéticos do Reino Unido. Não há como saber se ela guarda algum tipo de relação com as possibilidades brasileiras. O último parágrafo faz parte da pesquisa muito mais por uma questão de curiosidade, uma vez que o futuro é incerto. Ainda assim, parece uma volta ao problema já relatado do ‘espanto’ da sociedade e dos intelectuais relatado por Benjamin. Ficar assombrado pelos números e pela realidade é o primeiro passo para, quando algo for acontecer, não ser apresentada resistência. É neste sentido que esta pesquisa é, também, resistência.

Após este pequeno desvio, é hora de voltar para a questão da Ciência. O desvio, contudo, não foi necessariamente acidental. Com o caso paralelo do projeto do Genoma e da criação do banco de dados, é possível um vislumbre da relação progressiva/regressiva do conhecimento científico. O pressuposto é que

a relativa autonomia da esfera destinada às ideias e ao conhecimento, em uma sociedade altamente complexa, exclui todo determinismo que imponha mecanicamente a Ordem social (ou o que a Classe dominante impõe à sociedade) sobre todas as ideias e conhecimentos. A exclusão do determinismo mecânico acarreta

⁵⁹ Comum em comunidades pequenas ou em casos de crimes ocorridos em locais bastante específicos, como em Universidades, estes processos convidam as pessoas a submeter seu material genético para ‘provar’ sua inocência.

⁶⁰ Disponível em [http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\"dmdocnumber\":\[\"843941\"\],\"itemid\":\[\"001-90051\"\]}](http://hudoc.echr.coe.int/eng#{\) Acesso em: 21/08/2016

⁶¹https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/252885/NDNAD_Annual_Report_2012-13.pdf Acesso em: 21/08/2016

⁶²<https://www.ons.gov.uk/peoplepopulationandcommunity/populationandmigration/populationestimates/timeseries/ukpop/pop> Acesso em: 21/08/2016

a exclusão do reducionismo que faz de qualquer conhecimento um puro e simples produto e de toda ideia uma pura e simples ideologia da sociedade.⁶³

Sendo assim, não é possível reduzir, seja a pesquisa do genoma, seja a aplicação das técnicas de DNA, ao determinismo ideológico. É claro que concorrem em ambos os casos diversos fatores: o comércio e a economia na manipulação genética, a curiosidade científica, a ingenuidade, etc., mas não é possível simplificar fenômenos que são complexos. Principalmente do ponto de vista epistemológico “é impossível isolar a noção de tecnologia ou *techné*, porque bem sabemos que existe uma relação que vai da ciência à técnica, da técnica à indústria, da indústria à sociedade, da sociedade à ciência, etc.”⁶⁴.

Apesar disso, se o século XX mostrou algo, foi que há um limite ético para o conhecimento. É um limite que provavelmente foi desconhecido até o momento em que se tornou a própria ideia de ‘limite’. A devastação não só do humano, como da terra. O problema é que a ciência e a sociedade, que sim, mesmo sem o devido reconhecimento, andam juntas, apesar de perceberem, não tomaram consciência, não integraram ao pensamento o que significou a *Shoah*, as duas guerras mundiais, as diversas guerras de libertação, etc. A técnica desconhece esse limite, mas já não é possível isolar a técnica. Não se trata simplesmente de dizer que o banco de dados é pura aplicação, sem fundamento, sem teoria, pois não é possível isolá-lo da sociedade onde ele se encontra.

Pensando esses problemas e retomando a ideia de ecologia da ação é preciso compreender que

As soluções fundamentais que deviam ser trazidas pelo desenvolvimento da ciência, da razão e do humanismo, se transformaram em problemas essenciais. É preciso saber que a ciência e a razão não têm a missão providencial de salvar a humanidade, porém, têm poderes absolutamente ambivalentes sobre o desenvolvimento futuro da humanidade.⁶⁵

Ao mesmo tempo que é impossível dizer o que significará os estudos genéticos, não se sabe o que pode acontecer com a implementação, no Brasil, de um banco de dados genéticos. A questão que se coloca é justamente que essa incerteza tornar necessária a estratégia.

⁶³ MORIN, Edgar. **O Método 4**: as ideias: habitat, vida, costumes e organização. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 46-47.

⁶⁴ Id. **Ciência com consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p. 107.

⁶⁵ Ibid., p. 125.

2.2 DA SOCIEDADE DISCIPLINAR

Tomando esta relação entre ciência e sociedade, talvez seja este o momento para um olhar mais atento ao corpo social, ao mundo no qual se vive. O ponto de partida é a sociedade da disciplina que, como já foi, não existe mais: foi absorvida, internalizada. Seus típicos dispositivos já não estão presentes como antes, suas funções foram reorganizadas. Ainda assim, continuam fazendo sofrer. É possível adiantar: prisão e fábrica, símbolos da disciplina, continuam a existir em sua forma arcaica apenas nas mentes dos homens, como ideia. Isso não é diminuir sua importância, já que a ecologia das ideias não permite sua morte. Os dispositivos, aparentemente, não são biodegradáveis.

O ponto de partida é a transição entre a sociedade da soberania e a sociedade disciplinar: o surgimento de um

poder não soberano, alheio portanto, à forma da soberania, é o poder ‘disciplinar’. Poder indescritível, injustificável, nos termos da teoria da soberania, radicalmente heterogêneo, e que deveria ter levado normalmente ao próprio desaparecimento desse grande edifício jurídico da teoria da soberania. Ora, de fato, a teoria da soberania não só continuou a existir, se vocês quiserem, como ideologia do direito.⁶⁶

Como razões para a permanência Foucault apresenta, primeiro, o fato da teoria da soberania continuar sendo um válido instrumento crítica contra a própria monarquia; por outro, e este é um que deve interessar, a organização jurídica em termos de soberania permite escamotear os procedimentos disciplinares. Quando Schmitt procura na figura do soberano o fundamento jurídico da decisão, tudo que encontra é o Estado de Exceção, necessário para um regime, não governamental, mas de extermínio e dominação. Da mesma forma, é possível rastrear a esquizofrenia da qual fala Agamben em torno da *oikonomia*, onde o poder soberano se apresenta como fundamento, *ser*, e o novo poder disciplinar, que dita efetivamente as regras no nível do poder e do corpo, como pura ação, pura atividade de governo.

Apesar desta ligação, não existe efetivamente relação de dependência total. As práticas disciplinares passam a construir sua própria relação saber-poder, seus próprios mecanismos discursivos de legitimação, que já não são os do mundo jurídico e da teoria da soberania. Para Foucault⁶⁷, as disciplinas acabam por definir um código, que já não se confunde com os códigos jurídicos, mas que são da normalização, sempre alimentado por saber clínico. Daí surge a ideia de uma sociedade de ‘normalização’, também referida, posteriormente, como sociedade disciplinar. A sociedade da normalização é aquela onde ainda existe de fato tensão entre os

⁶⁶ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins fontes, 1999, p. 43.

⁶⁷ Ibid., p. 45.

mecanismos da soberania e da disciplina, enquanto que a transição para uma sociedade disciplinar representa a proliferação massiva destes últimos mecanismos, até o ponto de subjugação dos próprios mecanismos de soberania. Apesar disso, se antes a soberania sobreviveu por sua importância contra os monarcas, agora, sobrevive, pois, acaba por se apresentar contra a estrutura disciplinar que ajudou a estabelecer.

É no meio destas tensões que surge a prisão, que não estava presente nas teorias dos penalistas, mas que aparece como instituição de fato. Foucault⁶⁸ destaca na origem do sistema prisional inglês as comunidades que zelavam pelos costumes e pela moral a partir de práticas de vigilância: tendo em vista a facilidade do poder soberano de fazer morrer (paradigma da soberania), em um momento no qual era possível ser executado por mais de 300 ofensas, as relações no nível individual permitiam, até certo, escapar do controle do Estado. Já na França é identificada a instituição das *lettres-de-cachet*, pedidos individuais ao soberano para a prisão de outras pessoas. Assim, enquanto que na Inglaterra as micro relações de poder se dão como forma de deixar o Estado de fora, na França a mediação destas relações se dá pelo próprio soberano.

Das movimentações sobre a correção moral surge a ideia de periculosidade, que não guarda relação com o aparato teórico penal da época. De fato, o que existia teoricamente eram atos que de alguma forma lesavam a coletividade por lesarem o Contrato Social. Ideia, portanto, contratualista. Suas penalidades, como bons pensadores⁶⁹ que foram Beccaria, os irmãos Verri, Marat e diversos outros na época das Luzes, foram encontradas no velho Direito, nas penalidades gregas e romanas. Não é outro o motivo pelo qual a penalidade ideal deste contratualismo penal ser o banimento. Aquele que desrespeita o pacto social não merece sua proteção.

A prisão também representa um papel importante na sociedade disciplinar (ou no seu nascimento) uma vez que “a prisão ao mesmo tempo se inocenta de ser prisão pelo fato de se assemelhar a todo o resto, e inocenta todas as outras instituições de serem prisões, já que ela se apresenta como sendo validade unicamente para aqueles que cometeram uma falha”⁷⁰. Os dispositivos disciplinares por excelência (prisão, fábrica, convento, manicômio, hospital) partiam todos não só das mesmas perspectivas de correção moral e vigilância, como aplicavam técnicas semelhantes. Essa semelhança permanece, avisando novamente que a sociedade na qual se vive é ainda, em grande parte, moderna.

⁶⁸ Id. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau, 2013, p. 81 e et seq.

⁶⁹ Cf. CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 155 et seq.

⁷⁰ FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau, 2013, p. 121.

Enfim, o aspecto importante de ser guardado é: a sociedade disciplinar sucede a sociedade da soberania, mas não de uma maneira moderna, em termos de progresso ou regressão, mas sim em termos complexos, de justaposição. Este é o significado de sociedade transicional ou de transição, isto é, não que exista realmente uma mudança, seja no nível dos discursos ou das práticas, mas sim que o aparecimento de novos elementos que retroagem (ecologia da ação, ecologia das ideias) e concorrem para modificar, parasitar e construir novos significados. Foucault, como observador, demonstra mais aborrecimento e irritação do que espanto e surpresa com o jogo de probabilidades e improbabilidades destes fatores: no momento em que tudo indicava um modelo racional e humanista das práticas penais, o que toma corpo é a “ideia de aprisionar para corrigir, de conservar a pessoa presa até que se corrija, essa ideia paradoxal, bizarra, sem fundamento ou justificação no âmbito do comportamento humano”⁷¹.

2.3 DA SOCIEDADE DO CONTROLE

Logo no começo da quarta conferência no Brasil transcrita no livro ‘A verdade e as formas jurídicas’ Foucault profere a seguinte frase: “A sociedade contemporânea, por razões que explicarei, merece o nome de ‘sociedade disciplinar’”⁷². Estas conferências se dão no ano de 1973 e, pouco mais de dez anos depois, em 1984, o autor morre. Um pouco do que foi perdido por Foucault foi a entrada no novo século e no novo milênio que começa principalmente na última década do século XX. A queda do muro, a guerra do Golfo, a popularização do computador e da internet, diversas mudanças no cenário geopolítico mundial. Esses fatores com certeza teriam o interessado.

Deleuze, por outro lado, morre em 1995. Acompanhou, portanto, os acontecimentos que foram mencionados. Sua reação é o mais próximo que existe do que Foucault poderia ter pensado sobre a transição entre a sociedade da disciplina e a sociedade de controle. Se em seu livro sobre Foucault sugere o aprofundamento dos estudos sobre as práticas do poder, em seu aspecto de Soberania, de Disciplina e de Controle, também se sente autorizado a dizer que

é certo que entramos em sociedades de ‘controle’, que já não são exatamente disciplinares. Foucault é com frequência considerado como o pensador das sociedades da disciplina, e de sua técnica principal, o *confinamento* (não só o hospital e a prisão, mas a escola, a fábrica, a caserna). Porém, de fato, ele é um dos primeiros a dizer que as sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando para trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controle, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea.⁷³

⁷¹ Ibid., p. 98.

⁷² Ibid., p. 81.

⁷³ DELEUZE, Gilles. *Conversações*, 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 1992, pP. 215-216, grifo do autor.

De fato, é possível argumentar que a biopolítica já é, conforme estudada por Foucault, uma técnica transicional. Ela encontra seu florescimento exponencial não mais na sociedade disciplinar, preocupada demais ainda com os corpos individuais, mas sim na sociedade do controle, de massa.

A transição é enunciada na forma da crise das instituições disciplinares. A crise prisional dá lugar aos experimentos com a vigilância eletrônica de todos, por um lado, por meio das câmeras em estabelecimentos e nas ruas das cidades, e das tornozeleiras eletrônicas de outro, para aqueles nos quais os mecanismos de poder já infligiram dor. Existe, no entanto, uma área de contato, na qual se encontram os celulares, os computadores e até mesmo tecnologias de rastreamento individual por meio de ‘chips’, no qual a vigilância total se encontra em estado de dormência: basta que seja necessária sua ativação para que se torne completamente funcional. Não se trata, portanto, apenas de crise da prisão, mas também da própria crise do Estado Moderno, das formas de controle populacional. A recente atenção aos fluxos migratórios na Europa e no mundo devem trazer atenção para estes mecanismos de controle.

Ainda assim Deleuze adianta: “não cabe temer ou esperar, mas buscar novas armas”⁷⁴. Este apontamento possui relação estreita com a velocidade dos acontecimentos do início do século XX, que ‘espantou’ tanto. Hoje será possível dizer que, se a fábrica era um corpo, a empresa é um gás, uma alma. Seus meios de confinamento e eventual subjetivação (e dessubjetivação, é possível acrescentar) são de um corpo a corpo diferente dos dispositivos disciplinares. Eles se infiltram sobre a pele antes mesmo de anunciarem seus fins. E seus fins já não são propriamente fins, uma vez que na sociedade do controle as coisas não acabam, não são biodegradáveis.

A proliferação da língua inglesa pelo mundo toma esse contorno, uma vez que ela poderá servir em todos os estágios: educação primária, convívio diário, estudos universitários, empregos em empresas que já não são nacionais, migração constante, etc. Não é que a linguagem já não fosse, talvez, um dispositivo. Ela pode ser o mais antigo dos dispositivos “em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar”⁷⁵. É sim o fato da integração da incerteza (já presente no entorno daquele primata, mas não em sua consciência) com os novos aspectos deste dispositivo.

⁷⁴ Ibid., p. 220.

⁷⁵ AGAMBEN. Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p. 41.

O dispositivo disciplina atuava em dois polos: “a assinatura que indica o *indivíduo*, e o número de matrícula que indica sua posição numa *massa*”⁷⁶. Assim, de um lado age na individuação, na subjetivação daquele sujeito em específico. É a herança do pensamento de correção individual e moral. Se o pensamento gira rapidamente e vai parar no campo de concentração, na tatuagem identificadora, não é acaso. Ali se encontra, talvez, a morte eventual desta forma peculiar de subjetivação, justamente por sua efemeridade: o que é descartável não precisa, necessariamente, de identificação. O fogo, o holocausto, que é literalmente o sacrifício pelo fogo, queima também o dispositivo disciplinar de individualização. A massa deixa de ser massa de indivíduos, passa a ser simplesmente ‘massa’. O que resta ainda nesta ideia é de muito difícil identificação, mas retornará quando necessário, quando da biopolítica como paradigma.

Estas mortes, e é significativo que se fale justamente de morte, com sua inevitabilidade, permitem surgir o que Deleuze irá chamar de ‘cifra’. É assim que “a linguagem número do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não se está mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se ‘*dividuais*’, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘*bancos*’”⁷⁷. Ora, cifra é, ao mesmo tempo, o nada, enquanto representativa do número zero, assim como age em termos de substituição, na música, significando o gesto. Dizer que o indivíduo se tornou ‘cifra’ é dizer, ao mesmo tempo, que ele já não é e que ele remonta ao gesto do que já foi.

Diante deste pessimismo que parece quase inevitável, Deleuze acende a pira da esperança, da aposta: “o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas”⁷⁸. A aposta continua a ser, como já é há muito, no devir revolucionário, alimentado pelo fato de que se a sociedade disciplinar não foi capaz de eliminar este aspecto do humano, é incerto que a sociedade do controle será triunfante.

O banco de dados genéticos se apresenta como mecanismo, dispositivo de controle, e isto já é suficiente para justificar um olhar mais atento ao seu funcionamento. Dificilmente será, no entanto, o ápice da racionalidade biopolítica. Ele se coloca, antes, como prelúdio e aviso: é necessário realizar aquele trabalho minucioso que já foi realizado por pensadores como Foucault em torno das prisões e estudar os diferentes aspectos de sua realidade, suas formas de subjetivação e dessubjetivação, seu funcionalismo, seu discurso, o dito e o não-dito. Parece adequado, assim, o tratamento do banco enquanto dispositivo.

⁷⁶ DELEUZE, Gilles. **Conversações**, 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 1992, p. 222, grifo do autor.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 222.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 224.

2.4 DA SOCIEDADE MUTILADA E A RELIGAÇÃO POSSÍVEL

Uma das grandes heranças do pensamento simplificador da modernidade que continua surtindo efeitos diversos é a mutilação. A criação, cada vez maior, de especialistas sempre carregou a pergunta, a dúvida, sobre o que acontece com aquele que não é especialista. Será preciso, assim, caminhar um pouco ao lado da especialização disciplinar, do significado de especialização. A primeira mutilação da modernidade separou o sujeito e o objeto, separou aquele que conhece do que é conhecido. Mas os problemas que se colocam já não são passíveis de serem pensados pelas lógicas especializadas, pelo olhar que vê na parte apenas a parte, e não o todo, ou que vê no todo apenas o todo e não a parte. E mais, a especialização da visão também é insuficiente: é preciso ouvir, sentir, e acompanhar os problemas.

Durante a modernidade “a ciência tornou-se cada vez mais produtora/produto de uma dinâmica técnico-científica, sendo ela própria cada vez mais produtora/produto da dinâmica sócio-histórica”⁷⁹. O trabalho realizado por Foucault demonstra muito bem esses fatores: ele passeou por diversos saberes, indo do saber médico ao saber jurídico, realizou a arqueologia dos saberes, a genealogia dos saberes. A dissipação das fronteiras também acontece no conhecimento. É cada vez mais urgente conhecer o próprio conhecimento. Além disso, as relações de saber-poder em geral são utilizadas para descrever o funcionamento do poder, tornando o saber servo na sociedade. Na separação usual e na confusão simplificadora entre teoria e prática, esta última, que não passa da aplicação (do poder) é sempre eleita como conformadora da realidade.

Ao mesmo tempo que não se trata de fazer terra arrasada, é necessário apostar que

estamos apenas no começo da aventura. Assistimos ao surgimento de uma ciência que não mais se limita a situações simplificadas, idealizadas, mas nos põe diante da complexidade do mundo real, uma ciência que permite que se viva a criatividade humana como a expressão singular de um traço fundamental comum a todos os níveis da natureza⁸⁰.

A formulação de Prigogine é contrária às ideias de pensadores como Stephen Hawking, para os quais se estaria diante do ‘fim da ciência’, de forma similar ao ‘fim da história’ que tomou conta de um pensamento do século XX que rapidamente esqueceu dos acontecimentos terríveis que racionalidades parecidas proporcionaram. A integração da

⁷⁹ MORIN, Edgar **O Método 4**: as ideias: habitat, vida, costumes e organização. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014, p. 73.

⁸⁰ PRIGOGINE, Ilya. **O fim das certezas**: tempo, caos e as leis da natureza. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1966, p. 14.

incerteza ao pensamento (ou a rejeição do pensamento redutor) torna possível pensar a criatividade humana também em termos de sociedade.

A sociedade do controle já não responde aos ideais de separabilidade e de ‘exame’ como acontecia na sociedade disciplinar, como ficará bastante claro quando for a hora de adicionar o fator biopolítico na pesquisa. É neste ponto onde o pensamento complexo se coloca como resistência. O exercício do poder já tinha percebido que o humano não é só aquele do campo das ideias culturais, físicas ou biológicas. Ele é nenhum destes e todos ao mesmo tempo. Sua irredutibilidade é capturada, mas continua existindo uma fissura, uma “brecha no real que abre uma ferida inacessível à inteligibilidade; brecha na lógica, inapta a fechar-se demonstrativamente sobre si mesma”⁸¹.

É assim que, se o saber também é poder, as modificações no saber interagem com o poder. É por isso que a ideia de estratégia é tão importante no âmbito científico: a partir da ecologia das ideias, deve existir responsabilidade perante o que se pensa. Os problemas ‘limite’ do novo milênio estão concentrados nas questões ‘bio’, principalmente na biogenética. Ao mesmo tempo se traçam ‘programas’ para lidar com os impasses da nova tecnologia, com a bioética, com o biodireito, enfim, áreas que são, por si, interdisciplinares ou mesmo multidisciplinares, mas que continuam não conseguindo lidar com o caráter volátil e incerto do conhecimento.

A religação possível passa pela multiplicidade do real. É Prigogine que gosta “de dizer que o universo é um narrador parecido com Sherazade, que conta uma história para logo se interromper e conta outra história”⁸². A realidade não é dada, pronta, finita, é sim construída e infinita. O que se dá ao olhar e ao sentir é apenas uma realidade possível em um universo infinito de possibilidades. O determinismo é o jogo de espelhos da modernidade que impede a ação modificadora.

2.5 ADENDO SOBRE A SOCIEDADE DO CANSAÇO

Toda pesquisa trabalha em forma de recorte. É por isso que essa mesma pesquisa poderia ser feita a partir de autores diferentes dos escolhidos: ao invés de Morin, Bachelard, ao invés de Agamben, Esposito, ao invés de Foucault, Derrida. Talvez os caminhos trilhados fossem os mesmos, talvez não. O objeto deste pequeno adendo é trazer para o corpo da pesquisa

⁸¹ MORIN, Edgar. **O Método 3**: o conhecimento do conhecimento. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 23.

⁸² PRIGOGINE, Ilya. O fim das certezas. In: MENDES, Candido (org.). Representação e complexidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 50.

uma referência que poderia ser melhor explorada a partir do ponto no qual se encontra. Se acompanhá-la, a partir do próximo capítulo, a pesquisa de Agamben sobre o *homo sacer* e sobre o Estado de exceção.

Byung-Chul Han no livro ‘A sociedade do cansaço’ retrata a sociedade atual como uma sociedade do desempenho e do ‘poder’. Ele brinca com a ambiguidade da palavra poder, que remete ao mesmo tempo ao poder como abstração, isto é, o poder das relações, e o poder de fazer algo, que em Agamben se encontrará na ideia de ‘potência’. Segundo o autor o “*poder* ilimitado é o verbo modal positivo da sociedade do desempenho [...]. A sociedade disciplinar ainda está dominada pelo *não*. Sua negatividade gera loucos e delinquentes. A sociedade do desempenho, ao contrário, produz depressivos e fracassados”⁸³. Ele não enfrenta a sociedade do controle, apenas diz que ela ainda está carregada de muita negatividade.

São ideias interessantes, que remontam ao niilismo como ausência de sentido prático da vida, onde o não exercício direto do poder no corpo se torna, ao invés de libertação, coação indefinida, já que se pode fazer o que quer. Este é o sujeito do desempenho, que só tem como amarra a busca pelo melhor desempenho. Ainda assim, parece que não só a sociedade do controle engloba essas ideias, como vai além, ao perceber o processo de ‘dividuação’.

Os dispositivos da sociedade do controle não operam somente de forma negativa, aliás, operam muito mais de forma positiva no modelamento dos sujeitos. O banco de dados genéticos enquanto dispositivo se mantém, talvez, com um pé na negatividade simplesmente por capturar aqueles que se adequam ao modelo, enquanto que sua positividade está ainda indefinida e gira em torno da sua própria relação de corpo a corpo com os seres vivos que ainda não foram capturados, mas que já são constantemente modelados no âmbito da sociedade.

Ainda assim, a ideia de sociedade do cansaço permanece interessante pelas dinâmicas que denuncia, principalmente por partir de um retrato das grandes metrópoles, sociedades “de academias de *fitness*, prédios escritórios, bancos, aeroportos, shopping centers e laboratórios de genética”⁸⁴. Estes locais, como diz o autor, substituíram os monumentos da sociedade disciplinar, como as prisões, fábricas e manicômios. É claro que eles continuam por aí e, como já foi referenciado, continuam fazendo sofrer. Mas já não são os locais paradigmáticos, aqueles que definem a contemporaneidade. Enfim, respeitando a incerteza e as brechas do real, não é possível dizer que já não é o caso de falar sobre outras sociedades para além do controle. Dentre as hipóteses apresentadas, no entanto, ficar-se-á com ela.

⁸³ HAN, Byung-Chul. **A sociedade do cansaço**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015 p. 24-25, grifo do autor.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 23.

3 DIANTE DA REALIDADE

A única prevenção para esses desagradáveis acidentes é que, quando um livro cair, saibam de que estante vem e o quão perigo ele é, para situá-lo adequadamente.

Eugenio Raúl Zaffaroni. A Palavra dos mortos.

Até agora foi percorrido o caminho duplo da racionalidade moderna e do pensamento complexo, até onde é possível sua coexistência. A realidade que invadia esse caminho era, assim, fragmentada. A realidade diante da racionalidade moderna é uma escamoteada, significada a partir da mutilação e da simplificação e de sua captura, enquanto que no pensamento completo ela é pensada a partir de brechas de acesso, muito mais em termos de possibilidade de conhecimento do que de totalidade.

É chegada a hora, no entanto, de um olhar mais atento para essa realidade, realidade política, realidade biopolítica. É claro que não se deve esquecer que ela também representa apenas uma realidade em uma infinidade de realidades possíveis, que a realidade não se encerra em si mesma. Acompanhar as técnicas e suas bases filosóficas e ideológicas sem cair em pessimismos ou niilismos. Tarefa difícil, é claro. Principalmente com todos os gritos que acompanham o caminho, mas ainda mais com a consciência do eco das vozes que emudeceram.

Enfim, neste ponto diante da realidade, se trata talvez de seguir os conselhos de Foucault e manter o discurso imperativo dentro de um campo de forças reais, algo como “se você quiser lutar, eis alguns pontos-chave, eis algumas linhas de força, eis algumas travas e bloqueios”⁸⁵.

3.1 O MÉTODO DE AGAMBEN

Em livro⁸⁶ ainda sem tradução Agamben traça alguns indicativos de seu método. Felizmente, Daniel Arruda Nascimento, o tradutor de algumas obras recentes do autor, em sua tese de doutorado,⁸⁷ introduz seu texto a partir da obra mencionada, proporcionando ao leitor e, conseqüentemente, à esta pesquisa, com os pontos nevrálgicos de um método que se constrói ao caminhar. O movimento de Morin parte de que o que ensina a aprender é o método,

⁸⁵ FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 6.

⁸⁶ AGAMBEN, Giorgio. **Signatura rerum**: sul metodo, Torino: Bollati Boringhieri, 2008.

⁸⁷ NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência do fim do** jurídico: percurso de Giorgio Agamben. 2010, 185f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2010.

possibilitando ao autor dizer que “eu não trago o método, eu parto em busca do método”⁸⁸. Tanto Foucault quanto Agamben trilham em busca do método.

Foucault indica alguns princípios de seu método arqueológico⁸⁹: uma arqueologia não busca definir os pensamentos ou as representações ocultas e manifestas nos discursos, mas os próprios discursos enquanto práticas que obedecem a regras. A arqueologia “se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*”⁹⁰. A busca arqueológica assim reconhece a dificuldade de acesso pelo sujeito que conhece dos objetos se põe a conhecer. Não se trata nem de acesso privilegiado ao objeto nem de encontrar a passagem oculta no discurso que permite a revelação de seus fundamentos, mas antes um reencontro com um objeto sob superfície turva.

O ponto mais interessante deste primeiro princípio é justamente a utilização da palavra ‘monumento’, grifada em itálico no texto original para mostrar sua importância, e a possível aproximação com o pensar de Benjamin e o fato deste, na sétima Tese sobre o Conceito de História⁹¹, estar falando justamente sobre o método, sobre escovar a história a contrapelo. Quando Foucault se encontra diante do discurso médico ou do discurso biopolítico, ele se encontra diante de um *monumento* que é, ao mesmo tempo, monumento de cultura e de barbárie. É assim que ele sabe que uma busca ingênua e direta não faz senão contaminar seu trabalho com a herança dos vencedores. No entanto, o próprio autor procura salientar que não trata o discurso como *documento*, a outra palavra grifada em itálico no parágrafo, o que parece remeter o leitor, novamente, ao texto de Benjamin.

Como segundo princípio Foucault desenvolve a arqueologia como algo que não procura englobar os discursos em termos mais amplos, que não procurando o momento no qual, aquele discurso, envolto em todo um contexto, se torna de fato ‘discursivo’, assim como não busca pelo momento onde o próprio contexto, segundo o terceiro princípio, descobre esse discurso. O autor assim mostra a importância das práticas discursivas na sua individualidade, sem buscar a unidade. Por fim, no quarto princípio, Foucault rejeita a busca por uma origem pela ótima interpretação do texto, pelo pensamento puro que poderia ser identificado no discurso.

O cuidado primeiro, quando ao adentrar nos estudos de Agamben, reside na percepção de que

⁸⁸ MORIN, Edgar. **O Método 1: A Natureza da Natureza**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 35.

⁸⁹ FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 157-158.

⁹⁰ Ibid., p. 157, grifo do autor.

⁹¹ **Meia-noite na história**: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011, p. 169-170.

o método de Giorgio Agamben, ainda que parta de um fundo arqueológico comum, ao que tudo indica forjado pela leitura constante de Michel Foucault, possui suas peculiaridades. Os textos do filósofo italiano costumam se iniciar com um delicado arrolar de referências que funcionam como a base estrutural de uma constelação. Agamben escolhe e compõe um conjunto de referências formado por conceitos e ideias, mas também por fatos ou fenômenos históricos, para depois entrelaçá-los e dar um desenvolvimento próprio ao rumo de conclusões mais ou menos inauditas. Algumas dessas referências podem irradiar setas tão profundas que atravessam toda a obra, vindo a se cruzar mais de uma vez com outras na sua irradiação própria.⁹²

É assim que a partir da ideia de ‘paradigma’, que Agamben remonta aos estudos de Thomas Kuhn⁹³, foi possível observar como certos elementos definem uns aos outros como da mesma classe, conferindo certa inteligibilidade no conjunto ao qual fazem parte e que constituem. É assim que é possível entender as aproximações entre ‘homo sacer’ e ‘campo’, ‘oikonomia’ e ‘governo dos homens’, ‘vida nua’ e ‘estado de exceção’. Eles já se apresentam, em si, como *monumentos*, e assim poderiam ser objetos da arqueologia de Foucault; em Agamben, no entanto, estes termos se aproximam da ideia de ‘conceitos de fronteira’, onde eles limitam e não limitam, ao mesmo tempo, zonas de indistinção, até o momento no qual eles se confundem sem, no entanto, se tornarem o ‘mesmo’.

Outro ponto de divergência (ao menos aparente, importa salientar) em relação aos dois autores se dá na formulação do primeiro princípio de Foucault, onde ele rejeita a ideia de *documento*, do discurso ser signo de outra coisa. Agamben, por outro lado, entenderia que

Se todas as coisas portam um signo, ou sinal, ou símbolo, de si mesmo, o método por ele empregado exige da filosofia a capacidade de observar as assinaturas – *la signatura* – isto é, os signos que se fazem sobre outros signos, ou o ato mesmo de assinalar, que determinam o seu reconhecimento, a sua compreensão e a sua eficácia. A filosofia opera com conceitos, mas algo que se apresenta como conceitos pode estar mais próximo do que o filósofo italiano chama de assinatura do que de conceitos. Numa outra ocasião, ele define a assinatura como ‘algo que, em um símbolo ou em um conceito, o marca e o supera para reenviá-lo a uma determinada interpretação ou a um determinado âmbito sem [...] constituir um novo significado ou um novo conceito.

A assinatura marca, assim, a possibilidade de movimento dos conceitos de acordo com assinaturas diferentes. Este parece um cuidado metodológico central na obra de Agamben quando se refere aos conceitos ‘paradigma’ já citados. A ideia de ‘campo’ carrega uma movimentação que a permite transitar em zonas opacas, entre o campo de concentração ao campo como paradigma político da modernidade, que depende em muito de sua assinatura. Nascimento caracteriza este trabalho do autor de forma clara: “todo o projeto de investigação é

⁹² NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência do fim do** jurídico: percurso de Giorgio Agamben. 2010, 185f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2010., p. 19.

⁹³ Cf. KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

atravessado por um método ao mesmo tempo arqueológico, porque escava e remexe no solo sedimentado, e paradigmático, porque quer encontrar paradigmas que sirvam de referência”.⁹⁴

Em uma pesquisa que procura manter diálogos com Edgar Morin, as questões de método tomam importância central. O livro no qual Agamben ‘presta contas’, para utilizar um termo que Foucault com certeza teria apreciado, surge muitos anos após o primeiro volume da obra *Homo Sacer*, ressaltando o aspecto de ‘caminho’ que foi trilhado em termos metodológicos. Adiantando estes dados, será interessante notar os elementos de método nas próximas páginas, já que é chegada a hora de adentrar no ‘paradigma’ do ‘campo’, da ‘vida nua’ e da ‘biopolítica’.

3.2 O PARADOXO DA SOBERANIA E A IDEIA DE ‘POTÊNCIA’

Na frase inicial do livro ‘Teologia Política’ de Carl Schmitt se lê “Soberano é quem decide sobre o Estado de Exceção”⁹⁵. Ao mesmo tempo, na frase inicial do livro ‘Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua 1’ de Giorgio Agamben é enunciado o paradoxo da soberania nos termos de “o soberano está, ao mesmo tempo, dentro e fora do ordenamento jurídico”⁹⁶. Logo de partida fica, ao mesmo tempo, posto o problema e a importância do paradoxo da soberania, assim como exposto o convite para percorrer o caminho que ele leva junto com Agamben.

O paradoxo da soberania formulado consiste na condição de ‘estar’ fora por parte do soberano, ao mesmo tempo que ‘não está’ fora. Ele pertence e não pertence ao ordenamento jurídico. Acontece uma vez que

a exceção é uma espécie da exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora da relação com a norma; ao contrário, esta se mantém em relação com aquela na forma da suspensão. *A norma se aplica à exceção desapplicando-se, retirando-se desta.* O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão. Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o étimo, *capturada fora (ex capere)* e não simplesmente excluída.⁹⁷

Existe assim uma relação extrema onde a inclusão de algo acontece por meio de sua exclusão. É por isso que será dito que a exceção é uma espécie de exclusão. A decisão sobre a

⁹⁴ NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência do fim do** jurídico: percurso de Giorgio Agamben. 2010, 185f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2010, p. 88.

⁹⁵ SCHMITT, Carl. **Teologia Política**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006, p. 7.

⁹⁶ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 p. 22.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 24, grifo do autor.

exceção supõe a suspensão do ordenamento, supõe a vigência da exceção sem o significado da norma. O soberano que, para decidir sobre a exceção, se coloca fora da lei para suspender sua validade ao mesmo tempo que, estando fora da lei, diz que não há um fora da lei.

A importância desta dinâmica para Agamben é que este limiar de vigência sem significado, quando em uma localização visível e permanente, resultou no campo de concentração. A prisão ou o manicômio seria um espaço de reclusão e não de exceção, enquanto que “o campo, como espaço absoluto de exceção, é topologicamente distinto de um simples espaço de reclusão. E é este espaço de exceção, no qual o nexa entre localização e ordenamento é definitivamente rompido, que determinou a crise do velho “*nómos da terra*”⁹⁸. O próprio ordenamento faz essa distinção: enquanto que a prisão se encontra no ordenamento jurídico normal, o campo só pode ser pensado em termos de estado de sítio ou de lei marcial. Nem mesmo o Complexo Industrial Prisional dos Estados Unidos da América do Norte foi forte o suficiente para comportar Guantanamo Bay em sua organização.

Até então o caminho trilhado continua, mais ou menos, próximo da linguagem jurídica. A originalidade é a conclusão de Agamben sobre a forma originária do direito ser a exceção⁹⁹ e sua relação com a vida ser de exclusão inclusiva, através da exceção. O que é capturado fora, junto com o soberano, é a vida, pois sua relação originária é de *abandono*¹⁰⁰. Neste ponto é preciso respeitar, uma vez que se decidiu seguir o caminho junto com Agamben, sua forma de avançar nestes tópicos. A ideia de bando só será esclarecida na segunda parte, quando esta relação se tornará mais clara. Esta é, aliás, a movimentação do autor, um vai e vem onde novos elementos são incorporados e as assinaturas passadas se modificam aos poucos. Da mesma forma, a cada passo, cresce a complexidade.

Este primeiro passo, após o paradoxo da soberania e a relação de exceção entre vida e soberano, Agamben se aproxima da problemática clássica da teoria do Direito nos termos de poder constituinte e poder constituído, que geralmente é colocada em termos de um poder que existe antes da constituição, e um poder que conserva a constituição e está presente normativamente, em forma de poder de revisão; e, de forma mais atenta, na diferenciação entre poder constituinte e poder soberano, uma vez que ambos se encontram, de alguma forma, fora do ordenamento jurídico que irão constituir.

A relação de poder constituinte e poder constituído é aproximada, então, da relação entre potência e ato presente em Aristóteles, onde a potência precede o ato ao mesmo tempo

⁹⁸ Ibid., p. 27.

⁹⁹ Ibid., p. 33.

¹⁰⁰ Ibid., p. 35, grifo do autor.

que o condiciona e ainda permanece que permanece subordinada a ele¹⁰¹. As figuras utilizadas para demonstrar analogicamente a ideia de potência envolvem a potência de quem, podendo fazer, não exaure sua capacidade de fazer no momento em que faz. É o caso do, para realizar uma atualização um tanto quanto cômica, guitarrista, que ao não tocar não perde sua potência e ao tocar o instrumento não coloca em jogo a possibilidade de tocar novamente. O que interessa aqui para Agamben é o que faz o guitarrista tocar, no sentido de “o potente pode passar ao ato somente no ponto em que depõe a sua potência de não ser (a sua *adynamía*)”¹⁰². Aquilo que depõe a potência de não ser é o ato soberano que se deixa ser.

Em outro escrito¹⁰³, Agamben trabalha em torno de uma pergunta (“O que queremos dizer quando dizemos ‘eu posso, eu não posso?’”) que gira em torno daquilo que (de)põe em jogo o próprio sujeito na sua capacidade de sentir algo sem que exista um ato para ser sentido, que seria a faculdade de privação. Existe, assim, “uma forma, uma presença do que não é em ato, e essa presença privativa é a potência”¹⁰⁴. O soberano pode, absolutamente, no momento que depõe sua potência, suspendendo o ordenamento e se colocando em relação de abandono com a vida, decidindo sobre a exceção. Esta vida abandonada é a ‘vida nua’, o *homo sacer*.

3.3 HOMO SACER

O caminho proposto por Agamben continua no tratamento da relação da vida do *homo sacer*, que se situa no “cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade”¹⁰⁵, é o da interpretação do ‘sagrado’ como figura autônoma que lançaria luz sobre uma estrutura política originária que ainda estaria reverberando no contemporâneo. A ideia do direito romano estaria presente em um verbete de Festo onde se lê

Homem sacro é, portanto, aquele que o povo julgou por um delito; e não é lícito sacrificá-lo, mas quem o mata não será condenado por homicídio; na verdade, na primeira lei tribúncia se adverte que “se alguém matar aquele que por plebiscito é sacro, não será condenado homicida”. Disso advém que um homem malvado ou impuro costuma ser chamado sacro.¹⁰⁶

Se trata de uma divisão que ainda remete para a separação entre *ius divinum* e *ius humanum*, muito embora a divisão não explique o motivo da retirada deste homem sacro de

¹⁰¹ Ibid., p. 51.

¹⁰² Ibid., p. 52.

¹⁰³ Id. A potência do pensamento. In **A potência do pensamento: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

¹⁰⁴ Ibid., p. 246.

¹⁰⁵ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 76.

¹⁰⁶ Ibid., p. 74. Tradução na página 186.

ambas esferas, uma vez que ele não pode ser sacrificado aos deuses através dos ritos usuais, assim como é passível de ser morto sem que se configure em transgressão do direito dos homens. A proposta de Agamben sobre a possível origem de uma figura política originária reside na sugestão da figura do *homo sacer* ser mais complexa do que a primeira leitura de sua definição permite vislumbrar.

O começo da análise assim é justamente na ambivalência da sacralidade nos estudos do fim do século XIX e início do século XX em diversos autores europeus, incluindo aqui Freud e Durkheim. Agamben, no entanto, rapidamente declara que esta é uma via que não deseja trilhar, uma vez que o *sacer* não é a sacralidade residual de uma secularização da teologia política; além disso, a própria ideia de sacralidade ambígua demanda um (re)velamento científico típico do início do século XX, no qual o conceito que deveria explicar as relações é carente ele próprio de uma explicação¹⁰⁷

O que é rejeitado não é a importância da sacralidade, mas sim a explicação proposta, motivo pelo qual será necessário continuar a busca por uma ideia de sacralidade adequada ao problema do *homo sacer*. Esta adequação passa não pela ambivalência originária da sacralidade (ser matável e não sacrificável), mas sim pela dinâmica de inclusão e exclusão na qual a vida nua está presa no bando soberano de forma originária. É assim que Agamben poderá formular uma primeira hipótese que consiste na restituição do lugar próprio do *homo sacer* como figura originária da vida presa no *bando* soberano, conservando sempre a exclusão originária que a constitui como dimensão política¹⁰⁸.

A importância e o reflexo da vida nua ou o *homo sacer* se encontrar em relação de abandono é que as bases jurídico-políticas de um direito humano estão baseadas na sacralidade da vida humana. A dignidade da pessoa humana, sim, é uma secularização de uma ideia teológica. Aquilo que a modernidade colocou como base frente ao poder soberano é, na verdade, a sujeição da vida ao poder da morte, ao poder soberano¹⁰⁹, motivo pelo qual a concepção já vista quando da sociedade da soberania, onde soberano é aquele que ‘faz morrer e deixa viver’ permaneceu em ação e inclusive se intensificou quando da passagem ao paradigma biopolítico (fazer viver e deixar morrer).

Finalmente a analogia estrutural entre poder soberano e *homo sacer* começa a formar sentido mais denso:

Nos dois limites extremos do ordenamento, soberano e *homo sacer* apresentam duas figuras simétricas, que têm a mesma estrutura e são correlatas, no sentido de que

¹⁰⁷ Ibid., p. 82.

¹⁰⁸ Ibid., p. 84.

¹⁰⁹ Ibid., p. 85.

soberano é aquele em relação ao qual todos os homens são potencialmente *homines sacri* e *homo sacer* é aquele em relação ao qual todos os homens agem como soberanos¹¹⁰

Estando as duas figuras fora do direito dos homens e do direito divino, elas acabam por delimitar um espaço político em sentido próprio, distinto do âmbito religioso e do âmbito profano. Assim, a insacriável matabilidade do *homo sacer* é, antes, um fenômeno jurídico-político e não um fenômeno religioso, que explicita o vínculo soberano¹¹¹.

Como forma de reforçar sua hipótese Agamben passa para a análise da fórmula ‘*vitae necisque potestas*’, a relação de poder sobre a vida e a morte entre o pai e os filhos homens que acaba por se apresentar, quando aproximada da figura do magistrado e do seu poder de *imperium*, se apresenta como

espécie de mito genealógico do poder soberano: o *imperium* do magistrado nada mais é que a *vitae necisque potestas* do pai estendida em relação a todos os cidadãos. Não se poderia dizer de modo mais claro que o fundamento primeiro do poder político é uma vida absolutamente matável, que se politiza através de sua própria matabilidade¹¹².

Esta segunda via aberta representa algo como que uma ‘prestação de contas’. Quer dizer que aquilo que é feito a partir de um referencial diferente pelo autor no estudo do *homo sacer* poderia tomar outros caminhos para chegar, talvez, à mesma conclusão¹¹³. É assim que o preço que o filho varão paga pelo seu ingresso na comunidade política (sujeição ao poder de vida e morte do pai) é análogo ao poder de *imperium* do magistrado que se exerce sobre todos os cidadãos (novamente a sujeição de vida e morte, mas agora pelo magistrado). É assim que Agamben explora timidamente esta via e chega também à necessidade de abandono da ideia de contrato ou pacto como vínculo preexistente da soberania, sendo mais originário o vínculo soberano através do abandono a um poder incondicionado de morte¹¹⁴.

Parece ser ainda neste sentido que Agamben analisa outra situação onde os corpos do soberano e do *homo sacer* entram em uma zona de indistinção, onde acabam por se confundir, que se configura na prática recorrente tanto na antiguidade quanto nas sociedades da soberania, da construção de colossos para os reis mortos ou para aqueles que, por algum motivo, prometeram sua vida aos deuses e não morreram. O colosso representa, assim, a parte da pessoa viva que é destinada à morte, ou o resíduo do corpo do soberano, que representa seu corpo

¹¹⁰ Ibid., p. 86.

¹¹¹ Ibid., p. 86.

¹¹² Ibid., p. 89.

¹¹³ NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência do fim do jurídico**: percurso de Giorgio Agamben. 2010, 185f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 2010, p. 134.

¹¹⁴ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010 p. 91.

místico em forma de estátua de cera. Outra aproximação que o autor realiza na mesma linha é a da configuração de um delito especial, e não simplesmente homicídio, nos casos tanto da morte do soberano (*crimen lesae maiestatis*) e a morte do *homo sacer* constituir menos que um homicídio¹¹⁵.

A última figura analisada no caminho do *homo sacer* é a do lobo, representação em um inconsciente coletivo como híbrido monstro entre humano e ferino (lobisomem) daquele que foi banido da comunidade. Sua caracterização de homem-lobo e não apenas lobo representa a inclusão pela exclusão, sua presença em um limiar de indiferença que o permite habitar ambos os mundos (a cidade e a natureza selvagem) ao mesmo tempo¹¹⁶. Esta configuração permitirá a elaboração de uma releitura do mito fundador da cidade moderna no qual

o estado de natureza é, na verdade, estado de exceção, em que a cidade se apresenta por um instante (que é, ao mesmo tempo, intervalo cronológico e átimo intemporal) *tanquam dissoluta*. A fundação não é, portanto, um evento que se cumpre de uma vez por todas *in illo tempore*, mas é continuamente operante no estado civil na forma da decisão soberana[...]. Por isto tese, enunciada em um plano lógico-formal no final da primeira parte, segundo a qual o relacionamento jurídico-político originário é o *bando*, não é apenas uma tese sobre a estrutura formal da soberania, mas tem caráter substancial, porque o que o *bando* mantém unidos são justamente a vida nua e o poder soberano. É preciso dispensar sem reservas todas as representações do ato político originário como um contrato ou uma convenção que assinalaria de modo pontual e definido uma passagem da natureza ao Estado. Existe aqui, ao invés, uma bem mais complexa zona de indiscernibilidade entre *nómos* e *phýsis*, na qual o liame estatal, tendo a forma de *bando*, é também desde sempre não estatalidade e pseudonatureza, e a natureza apresenta-se desde sempre como *nómos* e estado de exceção. Este mal-entendido do mitologema hobbesiano em termos de *contrato* em vez de *bando* condenou a democracia à impotência toda vez que se tratava de enfrentar o problema do poder soberano e, ao mesmo tempo, tornou-a constitutivamente incapaz de pensar verdadeiramente, na modernidade, uma política não estatal.¹¹⁷

Nesta embaraçosamente longa citação é apresentada a ideia de estado de exceção e de *homo sacer* que deverá continuar para, em seguida, se começar a analisar o campo como paradigma biopolítico do moderno, motivo pelo qual não foi possível sua supressão.

3.4 O CAMPO COMO PARADIGMA BIOPOLÍTICO DO MODERNO

Acompanhar os estudos de Agamben foi, até aqui, acompanhar sua minuciosa construção da ideia de *homo sacer* e do estado de exceção. Neste ponto, no entanto, o terreno se torna cada vez mais inexplorado e muitas vezes é necessário apostar em suas conclusões. Partindo do começo, isto é, daquilo que já na introdução ele adiantou, esclarece que Foucault

¹¹⁵ Ibid., p. 102.

¹¹⁶ Ibid., p. 105.

¹¹⁷ Ibid., p. 108-109.

formulou, por um lado, a ideia de biopolítica, como implicação cada vez maior da vida biológica nos mecanismos do poder, mas sem mover sua pesquisa para o local significativo do século XX que é o campo de concentração, enquanto que Hannah Arendt se dedicou especialmente a este último local, mas sem integrar a biopolítica em seus estudos sobre o totalitarismo. É justamente esta tarefa de conciliar ambos estudos que move Agamben nesta parte final do primeiro volume da série *Homo Sacer*, partindo do conceito de ‘vida nua’ e tentando fazer convergir, daí a biopolítica e o ‘campo’¹¹⁸.

É justamente nesse momento de conciliação possível que fica mais claro o caminho percorrido por Agamben: parte de sua proposta era seguir o ‘rio da biopolítica’, que estaria correndo continuamente, mas de forma subterrânea¹¹⁹, e que o permite chegar até a figura do *homo sacer* no Direito Antigo, assim como revisitar o surgimento do Estado Moderno, passando ainda pela figura do lobisomem da Idade Média. O ponto de chegada é, assim, o momento no qual democracias parlamentares do século XX puderam virar Estados totalitários para, em seguida, converter-se novamente em democracias parlamentares. Como a política neste momento já havia se transformado em biopolítica, o que estava em jogo era a forma de organização mais eficaz para o cuidado e o controle da vida capturada.

Em Foucault¹²⁰ aparece a ideia de uma (bio)política que lida com a população como problema político, científico e biológico ao mesmo tempo. Trata-se, é claro, da passagem do paradigma de ‘fazer morrer e deixar viver’ ao paradigma do ‘fazer viver e deixar morrer’. É um cuidado especial em torno da estatística, da natalidade, da mortalidade, das questões ambientais da cidade e de sua higiene, enfim, das características biológicas da vida e da sua inclusão nos cálculos governamentais. Marca também o aparecimento da ideia de população, que já não coincide completamente com as ideias modernas de povo de uma nação limitada pelo seu território, justamente pelo cuidado maior com as especificidades que são apresentadas pelo maior número de informações coletadas de uma massa de pessoas.

No século XX foi possível assistir um alargamento deste processo inicialmente identificado como decisão sobre a vida nua, uma ultrapassagem dos limites do estado de exceção em termos de soberania que representa a passagem de uma decisão sobre a vida em decisão sobre a morte, sem voltar, no entanto, ao paradigma da soberania: a biopolítica converte-se em tanatopolítica. É este caminho que Agamben propõe trilhar: “o campo, como

¹¹⁸ Ibid., p. 117.

¹¹⁹ Ibid., p. 118.

¹²⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins fontes, 1999, p. 292-293.

puro, absoluto e insuperado espaço biopolítico (e enquanto tal fundado unicamente sobre o estado de exceção), surgirá como o paradigma oculto do espaço político da modernidade, do qual deveremos aprender a reconhecer as metamorfoses e travestimentos”¹²¹.

É nesta perspectiva que Agamben convida que se atente para a relação dos direitos do homem com a biopolítica. As declarações dos direitos representariam, assim, a inscrição da vida natural na ordem jurídico-política do Estado-nação por vincular seus direitos ao nascimento (os homens nascem e são livres e iguais em direitos), ao mesmo tempo que já realiza aquilo que será identificado como uma das características essenciais da biopolítica moderna¹²², que é a redefinição contínua do limiar que articula e separa aquilo que está dentro daquilo que está fora, ao adicionar, já em seu título, a palavra ‘cidadão’. É assim que, alguns séculos depois, fascismo e nazismo poderão redefinir a relação entre homem e cidadão, entre vida digna e indigna de ser vivida.

É na ideia de vida que não merece viver que a estrutura biopolítica encontra seu eixo fundamental: “a decisão sobre o valor (ou sobre o desvalor) da vida”¹²³. É assim que, a partir de estudos sobre a eutanásia, irá se delimitar um novo limiar de relevância política da vida até chegar no horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional, onde a vida nua não mais se encontra confinada (capturada fora), mas habita o corpo biológico dos seres vivos¹²⁴, marcando o ponto em que a biopolítica converte-se em tanapolítica. É assim que a frase inicial do livro ‘Teologia Política’ se transforma em “soberano é aquele que decide sobre o valor ou sobre o desvalor da vida enquanto tal”¹²⁵. Interessante também notar que existe, a partir do Reich nacional-socialista, uma integração entre medicina e política como uma das características desta biopolítica moderna, representando uma das bases sobre o desvalor da vida.

A preocupação não só da biopolítica nacional-socialista, mas também da política moderna, passa pelo desaparecimento da distinção entre política, como instância negativa de luta contra os inimigos, internos ou externos do Estado, e polícia, como instância positiva em termos de tutela e crescimento da vida dos cidadãos. O que acontece é transformação da polícia no mesmo da política, uma vez que a tutela da vida e a luta contra o inimigo se tornam o mesmo no âmbito biopolítico¹²⁶ na figura do extermínio dos hebreus, no momento em que “vida e política, divididos na origem e articulados entre si através da terra de ninguém do estado de

¹²¹ AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 119.

¹²² Ibid., p. 127.

¹²³ Ibid., p. 133.

¹²⁴ Ibid., p. 135.

¹²⁵ Ibid., p. 138.

¹²⁶ Ibid., p. 143.

exceção, na qual habita a vida nua, tendem a identificar-se, então toda vida torna-se sacra e toda a política torna-se exceção¹²⁷. Neste sentido também a rapidez com a qual o regime nacional-socialista emitiu as leis de caráter eugênicas, não só em torno dos doentes mentais, mas no que depois irá transformar os hebreus em cidadãos de segunda classe dentro do regime.

Estes mesmos cidadãos hebreus sofreram, já dentro dos campos de concentração, com a ciência: na figura do VP (*Versuchepersonen*, cobaias humanas), uma grande variedade de experimentos ‘científicos’ foram realizados. Sobre a possibilidade de sobreviver em água gelada Agamben relata o caso no qual

as VP foram mantidas imersas em banheiras de água fria até a perda de consciência, enquanto os pesquisadores analisavam com atenção as variações da temperatura corpórea e as possibilidades de reanimação (particular grotesco, entre outras foi experimentada até mesmo a reanimação dita ‘a calor animal’, na qual as VP foram colocadas em um catre entre duas mulheres nuas, também estas detentas hebreias provenientes dos campos; atestou-se que, em um dos casos, a VP conseguiu ter uma relação sexual, o que facilitou o processo de recuperação).¹²⁸

Este caso, provavelmente relatado já em julgamentos de Nuremberg, projeta um pequeno feixe de luz sobre os ditos experimentos científicos, ressaltando que médico e cientista já se movem na terra de ninguém onde somente perambulava o soberano: o hebreu no campo já é *homo sacer*, matável e insacrificável, mas é o experimento que o entrega finalmente à morte que, no entanto, já o possuía. Ao mesmo tempo, vida e morte não são propriamente conceitos científicos, mas conceitos políticos que só adquirem significado por meio de uma decisão¹²⁹.

Agamben chega, finalmente, ao campo, “local onde se realizou a mais absoluta *conditio inhumana* que se tenha dado sobre a terra: isto é, em última análise, o que conta, tanto para as vítimas como para a posteridade¹³⁰. É neste ponto onde o autor propõe seguir uma orientação inversa e se perguntar sobre o que é um campo e qual sua estrutura, com o fim de olhar o campo não como fato histórico e anomalia, mas como *nómos*¹³¹ do espaço político no qual ainda se vive. O campo nasceria, não do direito ordinário ou do direito carcerário, motivo pelo qual não é possível continuar o estudo das prisões de Foucault até chegar no campo como seu desdobramento lógico no paradigma biopolítico, mas do estado de exceção.

A novidade presente no decreto de 1933 que suspendeu os direitos fundamentais no regime nacional-socialista é que em nenhum momento é feita referência ao estado de exceção: esta suspensão é deixada em vigor em uma situação normal, motivo pelo qual Agamben poderá

¹²⁷ Ibid., p. 144.

¹²⁸ Ibid., p. 151.

¹²⁹ Ibid., p. 160.

¹³⁰ Ibid., p. 162.

¹³¹ *Nómos*, embora seja traduzido comumente como lei, é originariamente o puro imediatismo de uma força jurídica não medida pela lei. Cf. Ibid., p. 39.

dizer que “*O campo é o espaço que se abre quando o estado de exceção começa a tornar-se a regra*”¹³². A relação anterior, de suspensão da norma pela decisão soberana no estado de exceção, se transforma na captura do estado de exceção no próprio ordenamento¹³³ quando é uma medida ‘desejada’, tornando a norma indiscernível da exceção, assim como a relação entre direito e fato.

Ao final, Agamben acaba por caracterizar o campo como ‘localização deslocante’ que excede o sistema político, que já não ordena mais as formas de vida e as normas jurídicas. Ele seria a “matriz oculta da política em que ainda vivemos, que devemos aprender a reconhecer por meio de todas as suas metamorfoses”¹³⁴. Também apresenta as conclusões provisórias da pesquisa:

1) a relação política originária é o *bando* (o estado de exceção como zona de indistinção entre externo e interno, exclusão e inclusão). 2) o rendimento fundamental do poder soberano é a produção da vida nua como elemento político original e como limiar de articulação entre natureza e cultura, *zoé* e *bíos*. 3) o campo, e não a cidade, é hoje o paradigma biopolítico do Ocidente.¹³⁵

Felizmente o autor proporciona a melhor base, até o momento, para perceber as metamorfoses do campo como matriz oculta da política. É possível que, neste sentido, o banco de dados genéticos seja visualizável fora de sua estrutura jurídico-política usual. Ainda é cedo para dizer.

4 PENSAMENTO COMPLEXO E O RETORNO AO BANCO DE DADOS GENÉTICOS

One more cup of coffee for the road

One more cup of coffee for I go

To the valley below

Bob Dylan. One more cup of coffee

Seguindo os passos de Agamben e Foucault, o ponto de chegada parece ser um tanto quanto desesperador: seres vivos capturados nos dispositivos, vida nua abandonada, campo como paradigma biopolítico contemporâneo. Morin, em uma palestra sobre a violência pós 11 de setembro de 2001, chega mais ou menos no mesmo local de desespero, mas deixa no ar um princípio de esperança na desesperança que se constitui no elemento de que o improvável pode, muitas vezes, chegar na história:

em 1940: a histórica derrota da França e da Europa. No verão de 1941, as tropas nazis avançavam sobre a União Soviética e estavam às portas de Leninegrado, de Moscovo

¹³² Ibid., p. 164.

¹³³ Ibid., p. 166.

¹³⁴ Ibid., p. 171.

¹³⁵ Ibid., p. 176, grifo do autor.

e do Cáucaso. A predição de Hitler, isto é, que o seu império duraria mil anos, era decerto exagerada, mas era altamente provável que esta dominação iria persistir. O improvável chegou sob a influência de três factores. Primeiro, o exército alemão foi obrigado a parar a sua progressão devido à precoce chegada do Inverno. De seguida, Hitler, que tinha previsto lançar uma ofensiva em Maio de 1941, teve de a atrasar em um mês devido a uma revolta em Belgrado. Esta revolta popular e militar formou-se para se opor à passagem do exército pelo seu território, cujo objectivo era juntar-se às tropas italianas de Mussolini. Assim, a infantaria alemã perdeu um mês a liquidar a resistência jugoslava, principalmente a sérvia. Teria ele, talvez, tomado Moscovo se não tivesse esse atraso que permitiu a chegada do Inverno? Por fim, um outro fator determinante tem a ver com o excelente espião soviético, chamado Sorge, que teria prevenido Estaline de um ataque alemão, mas o ditador não acreditou nele. Desta vez, levou a sério a informação do espião sobre o fato de que o Japão se preparava para aventuras no Pacífico contra os Estados Unidos. Assim, Estaline pôde descolar as tropas frescas do Extremo Oriente e enviá-las para a frente de Moscovo. Aproveita o facto para colocar um novo general à frente das tropas soviéticas, o general Fukhof, que leva o exército soviético a uma grande vitória sobre as tropas alemãs. Eis aqui como, em muito pouco tempo, o provável se transformou em improvável e o improvável em provável. Procuremos ter um pouco de fé no improvável, mas tentemos também agir a seu favor.¹³⁶

Que fique da mesma forma claro que o livro que serviu de base para esta pesquisa, na bibliografia de Agamben, é somente o primeiro volume do *Homo Sacer*. Em outro livro da mesma série¹³⁷, publicado em 2007, doze anos após ter começado suas pesquisas, o autor procura situar a *oikonomia* na máquina governamental, até chegar no “trono vazio, símbolo da Glória, é o que deve ser profanado para dar lugar, para além dela, a algo que, por opera, podemos apenas evocar com o nome *zoe aionios*, vida eterna”¹³⁸. E a profanação passa pela inclusão da inoperosidade nos próprios dispositivos¹³⁹, que se torna o problema fundamental para uma ontologia-político hoje, onde não é mais o trabalho, mas a inoperosidade que deve exhibir o incessante vazio que opera a máquina que o mundo ocidental guarda em seu centro¹⁴⁰. Enfim, isto quer dizer que, qualquer que seja o caminho daqui para frente nesta pesquisa, ela não integra, ainda, as obras mais recentes do autor. Ainda assim, como não é intenção realizar conclusões, talvez seja suficiente.

4.1 O CALOROSO RECEBIMENTO DO *HOMO SACER* NO SÉCULO XXI

A aproximação entre migrantes e terroristas a partir do 11 de setembro de 2001 e que toma forças hoje com as decisões políticas da Europa sobre suas fronteiras não pode espantar:

¹³⁶ MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean. **A violência do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004, p. 62-63.

¹³⁷ AGAMBEN, Giorgio. **O Reino e a Glória**: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II, 2. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹³⁸ Ibid., p. 11.

¹³⁹ Ibid., p. 273.

¹⁴⁰ AGAMBEN, Giorgio. **The use of bodies**: Homo sacer IV, 2. California: Stanford University Press, 2016 p. 266.

“exibindo à luz o resíduo entre nascimento e nação, o refugiado faz surgir por um átimo na cena política aquela vida nua que constitui seu secreto pressuposto”¹⁴¹. As prisões em Guantanamo e Abu Ghraib, por outro lado, exibem à luz o contínuo da vida nua, materializando a captura fora da vida nua e o estado de exceção permanente. O interessante de notar é que, enquanto a guerra do Golfo ficou conhecida por ser televisionada, muito pouco escapou para a eternidade em termos imagéticos, até o momento, dos campos de concentração do século XXI.

Apesar disso, nada de novo surge no horizonte moderno, principalmente para o habitante das colônias. A aproximação, assim, com a ideia de ‘massacre’ torna necessário “escutar os cadáveres que nos interpelam, gritando que estão mortos”¹⁴². A política toma forma como biopolítica antes na colônia: “os genocídios sempre ocorreram e se continuam ocorrendo é porque a política de um determinado Estado assim decide, seu poder punitivo executa e o resto dos Estados tolera ou olha com indiferença”¹⁴³. As primeiras decisões na modernidade que levaram em conta o caráter biológico do homem são as que guardam relação com o ‘novo mundo’. É assim que os povos originários poderiam ser mortos, fazendo referência ao seu status de não-cristão. Pura vida, vida nua.

Este espaço, aparentemente ignorado tanto por Foucault quanto por Agamben, deveria ser integrado nos estudos sobre o *homo sacer*. O campo de concentração é testado e moldado nas Américas muito antes de ser executado no ‘velho mundo’. O massacre que aconteceu só cessou por ter alcançado seus objetivos: estar pronto para ser aplicado no continente Europeu. Antes, no entanto, as técnicas foram aprimoradas no ‘neocolonialismo’ europeu sobre os Estados Africanos.

Logo após a segunda guerra mundial, enquanto o mundo estava preocupado com a não repetição da *Shoah*, as ditaduras de segurança nacional no Cone Sul repetiram o genocídio, o massacre, e configuraram o que Zaffaroni irá chamar de massacre pós-colonial¹⁴⁴, que dispensa a presença física do antigo colonizador, que foi até certo ponto assimilado. É assim que 40 anos após a perseguição aos comunistas na Alemanha de Weimar, esse mesmo ‘inimigo’ que já fazia parte do folclore surge novamente como tentativa de legitimação da biopolítica estatal. Que hoje as prisões brasileiras remontem aos aspectos do ‘campo’ e a tortura institucional remonte às técnicas polidas pela ditadura, não se tornem fatores de ‘espanto’ é uma das principais formas de resistência frente ao paradigma biopolítico.

¹⁴¹ Id. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua I. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 128.

¹⁴² ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos**: conferências sobre criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 347.

¹⁴³ Ibid., p. 354.

¹⁴⁴ Ibid., p. 367.

É de certo modo enigmático que as boas vindas do século XXI ao *homo sacer* tomem a forma da prisão, que já tinha sido descartada por Agamben por ser representada no ordenamento jurídico ‘normal’. Fato é que, embora previstas e reguladas, a realidade prisional é também o ‘campo’ neste novo século. A diferença é, talvez, que hoje a massa de oprimidos é ao mesmo tempo mais e menos homogênea: o mesmo negro, pobre que impulsiona o país como força de trabalho é encarcerado e se torna aquele que faz surgir, mesmo que por um instante, o estado de exceção e a vida nua.

4.2 ENTRE RUÍDO, INFORMAÇÃO E MÍDIA

A hipótese que relaciona ruído, informação e mídia poderia ser formulada da seguinte maneira: a mídia aparece como aparelho generativo da informação uma vez que integrou as relações de neguentropia em sua organização. Esta formulação não se apresenta como resposta ou solução, mas sim como problematização. Em Morin¹⁴⁵ o termo neguentropia caracteriza uma organização que é dotada de virtudes organizadoras ativas, ou seja, que possuem recursos para serem produtoras-de-si. É a neguentropia que permite a regeneração, reorganização, produção e reprodução da organização de um sistema que, diferentemente, comportaria somente a entropia, ou a degradação da energia e sua eventual desorganização.

A informação, por outro lado, sucede a organização da neguentropia, quando se constitui “um complexo ou aparelho generativo comportando engrama/arquivo e competência estratégica/programática que permite a repetição/reorganização, ressuscitação/reprodução”¹⁴⁶, mas que, quando se degenera, necessita de uma cabeça decifradora e uma matriz generativa. Neste sentido, o primeiro aparelho generativo seria o aparato midiático, do qual fazem parte os jornais, as mídias televisivas, mais recentemente a internet, etc. Conforme a informação entra nas interações do real, sua tendência é a degeneração. É aí que o leitor das notícias ou o telespectador entra como aparelho regenerador da informação: por meio do seu gasto de energia, que consiste na leitura e na reprodução da informação, ocorre a reorganização negentrópica. Aquilo que em um instante estava perto do desaparecimento consegue se regenerar.

O problema começa a tomar forma quando da impossibilidade de assimilação do ruído. O ruído é aquilo que destrói a informação por conseguir penetrar por entre os seus canais de transmissão. É como se fosse, embora não seja propriamente, o chiado que torna de difícil

¹⁴⁵ MORIN, Edgar. **O Método 1: A Natureza da Natureza**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 357.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 416.

percepção o significado de uma transmissão no rádio. Enquanto o ruído se mostra como desorganização e desordem, a sua integração na complexidade organizadora se torna ingrediente necessário para a geração, uma vez que também engloba as perturbações aleatórias que estão presentes nas relações sociais ou físicas¹⁴⁷. O código genético do ser humano, como caso exemplar da integração de ruído e informação, consegue operar apesar de todo o excesso informacional presente no material genético.

Na relação com a informação midiática, no entanto, a assimilação do ruído toma diferentes proporções. O ruído aí já não é mais desorganização, mas poderia se apresentar como excesso de informação inútil ou simplificadora que dificulta a reorganização neguentrópica por parte da cabeça decifradora. O que se torna ruído é o excesso de informação e o resultado é uma distorção crescente nas possibilidades de seu significado dentro do jogo de interações que toma forma na sociedade. Este é um tímido esboço, é claro, da relação entre mídia e informação, mas que poderá ser elucidativa, até certo ponto, na aproximação que em seguida será realizada a partir da mídia enquanto dispositivo.

4.3 A MÍDIA E O DISPOSITIVO

Retomando a concepção de dispositivo presente em Agamben¹⁴⁸, um dispositivo é aquilo que têm de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Já neste primeiro momento parece claro que a mídia pode ser vista como um dispositivo, uma vez que ela se apresenta capaz (é uma relação, portanto, de potência) de realizar todas essas tarefas. A questão central passa a ser, então, aquilo que depõe a potência, aquilo que é capturado pelo dispositivo midiático.

É neste sentido que talvez seja possível, com um certo risco, dizer que, o dispositivo midiático, enquanto processo de subjetivação/dessubjetivação, captura grande parte das possibilidades da profanação. Ele age como uma de forma a mediatizar a passagem de uma série de assuntos, tópicos e informações para fora do âmbito profano. Claro que isso não se confunde com algum tipo de teoria conspiratória; essa dinâmica não é, obviamente, pensada e refletida antes de cada notícia veiculada, mas faz parte, antes, da forma como se organiza o aparelho da mídia em torno de uma grande variedade de fatores: população alvo, meios de propagação, caráter de monopólio ou não, etc.

¹⁴⁷ Ibid., p. 426.

¹⁴⁸ AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009, p 40.

A forma contínua de captura dos seres vivos que o dispositivo da mídia constitui é assim o que concorre para a dificuldade da profanação. As informações emitidas que depois são regeneradas, que já se pode dizer, acontece na dinâmica subjetivação e dessubjetivação, possuem o caráter de modelamento dos gestos. Aquilo que poderia ser caracterizado como ruído antes agora se transforma em parte integrante da informação que só concorre para o aumento do ruído nas trocas sociais, neutralizando assim a possibilidade de profanação (que se coloca como o outro da complexidade neste caso).

O que precisa ficar claro é que a dificuldade da profanação não é o mesmo que a sua impossibilidade. Neste caso, a estratégia passa por ritos que já são tentados: a mídia alternativa e a abertura nos canais tradicionais de fissuras profanas. Embora seja difícil caracterizar o que se apresenta como informação livre (no sentido de não capturada), é cada vez mais evidente como age o dispositivo midiático, com seu excesso informacional. O problema maior toma contorno quando da percepção que a mídia poderia se apresentar de outra forma, mais complexa, através da problematização.

4.4 O BANCO DE DADOS GENÉTICOS COMO DISPOSITIVO

O campo de concentração aparece como a captura da vida nua voltada para o extermínio. Muito embora, como foi referido, tenha existido manipulação científica diante da possibilidade de eliminar qualquer problematização ética diante da vida nua, a própria ciência constituiu o obstáculo para os passos seguintes. Assim, a política de eugenia se concentrava principalmente em impedir que aqueles que eram considerados como indignos de vida se reproduzissem. O problema do banco de dados genéticos caminho ao lado, no entanto, da captura biológica final da vida presente na manipulação genética.

Um dos grandes projetos do pensamento complexo de Edgar Morin é justamente a religação entre os aspectos físicos, biológicos e sociais do ser humano. É neste sentido que o ‘campo’ também necessita de um pensamento simplificador, que o possibilita separar o aspecto biológico de forma funcional. O banco de dados genéticos, quando no paradigma da biopolítica, se torna a captura final, dos elementos biológicos mais básicos que constituem os humanos, em uma esfera sagrada, onde parte do corpo do ser humano já não o pertence mais.

Após a visita do estado de exceção, que suspende o ordenamento jurídico, se torna mais clara a convivência da biopolítica com o Estado Democrático de Direito. Apesar de alguma resistência ter sido esboçada em termos processuais ou constitucionais, ela esbarra no fato de que o banco de dados genéticos, embora ocorra formalmente no âmbito normativo, se

encontra muito mais na decisão que configura o estado de exceção. A vida nua capturada se mantém em relação ao ordenamento somente diante do seu abandono. O primeiro passo para desativar esta espécie de dispositivo é justamente colocar estas questões em jogo (motivo pelo qual se procurou trazer a ideia de mídia enquanto dispositivo, uma vez que boa parte do jogo de interações se dá hoje em seu território). De outra maneira, existe o risco do banco de dados genéticos, mas não só ele como diversos outros dispositivos, continuarem de forma aparentemente paradoxal fora das possibilidades de ação do direito ou da ética (enquanto bioética).

Ainda assim a questão do banco enquanto dispositivo permanece aberta. Parece ser urgente que se situe o mesmo, antecipadamente é verdade, nas dinâmicas próprias do contemporâneo: todo ser vivo é cruel e trata como objeto o indivíduo-sujeito que constitui o seu alimento¹⁴⁹. O banco de dados genéticos não é ser vivo, mas ainda assim trata como objeto o indivíduo-sujeito, ainda assim se alimenta da força vital do ser humano. Neste caso, qualquer semelhança com o sistema prisional não é coincidência, uma vez que ambos necessitam de corpos para sua sobrevivência, assim como, e isto se torna cada vez mais evidente, o próprio modo de operação de ambas 'instituições' alimenta o processo com que se obtém estes corpos por meio de seus processos constantes de dessubjetivação.

Uma vez que se aceita que o banco não lida com a complexidade do ser humano, mas antes, em uma racionalidade simplificadora, com sua mutilação e esquadrinhamento, resta aberta a possibilidade de sua crítica enquanto dispositivo e sua profanação. Reduzir o ser humano à uma amostra genética não é tarefa fácil e talvez não seja inteligente pensar que é algo que acontece fora de um contexto bastante amplo que foi explorado até o momento e que em Agamben remonta ao contexto do Homo Sacer e em Morin ao surgimento do mito abstrato do homem sobrenatural.

Parece, ao menos neste momento, que está se delineando um novo momento na já longa tradição do homo sacer no mundo ocidental: a massificação da captura da vida nua no dispositivo do banco de dados genéticos. Embora pareça óbvio, talvez seja ótimo lembrar as dificuldades passadas para este tipo de operação. Originalmente consistia em uma série de rituais; já no século XX, foi empreendido grande esforço, nos campos de concentração, para 'tatar' os seres humanos que lá 'sobreviviam'. Hoje, por outro lado, com um cotonete é possível retirar o material genético da boca de um ser humano. Um simples fio de cabelo em

¹⁴⁹ MORIN, Edgar. O método II: a vida da vida. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 474.

uma camiseta se transforma automaticamente em tudo que é necessário para a saída do seu âmbito comum para o momento excepcional.

Estas questões podem parecer banais no primeiro momento diante do massacre diário que é o sistema prisional no Brasil, ou na violência policial crescente e o extermínio da juventude negra no cotidiano. Mas é importante lembrar que a negligência do pensamento e mesmo a sua recusa também permitiram as maiores atrocidades da modernidade. É neste sentido que se faz urgente problematizar questões que, em última análise, apresentam grande ameaça ao próprio ser humano, como será trabalhado a seguir.

4.5 VIDA CAPTURADA E A MORTE DO HUMANO

Neste momento se torna incrivelmente interessante a convergência, em duas análises bastante distintas, das ideias de Foucault e Morin sobre a morte do humano. Antes, no entanto, se faz necessário retomar, ainda que por outros meios, a questão da ciência com consciência e a questão do poder-saber, mas agora de forma mais lúcida e entrelaçada. Estudos biogenéticos proporcionam não somente uma nova visão sobre os elementos biológicos do ser humano: ao se envolverem nas redes que compõe o saber, acabam por permitir, também, novos desenvolvimentos no campo do poder e, eventualmente, do controle.

É por este entrelaçamento que Morin poderá avisar que

mais uma vez, o poder científico, em migalha ao nível da investigação, engrena-se na práxis social ao nível de poder do Estado. Assim, a ciência biológica gera, com tanto desinteresse como o fez a física nuclear com a arma atômica, um poder sobre o homem que ultrapassa todos os condicionamentos mitológicos, ideológicos, pavlovianos, skinnerianos, religiosos. Já estão na mira os criminosos e os doentes mentais e, no Leste, os contestatários ideológicos ou políticos identificados como desviantes sociais, eles próprios assemelhados a doentes mentais. Assim, não entramos apenas no estágio supremo da manipulação pelo homem. Estamos na aurora do estágio supremo da manipulação sobre o homem, e essas duas manipulações não são estranhas uma à outra.¹⁵⁰

É, até certo ponto, surpreendente que o autor, ao pensar sobre a manipulação genética dentro do mio humanista de conquista e dominação de toda natureza, tenha quase que por completo adiantado a problemática de um banco de dados genéticos. Parece, neste caso, evidente a importância do pensamento complexo, uma vez que até mesmo aquilo que era visto como irreduzível (os genes) é passível de manipulação inescrupulosa. E o mais aterrador é que, sem uma mudança radical (que vai até a raiz), parece bastante improvável que a ciência, com a qual se contou por toda a modernidade para revelar o melhor do mundo, possa ajudar na tarefa

¹⁵⁰ MORIN, Edgar. **O método II: a vida da vida**. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 472.

de refrear esse avanço de dominação pelo e sobre o homem. Integrar a ciência ao problema é, cada vez mais, condição de possibilidade do pensar crítico.

Voltando ao ponto de convergência: em um tópico bastante distante, Morin irá observar o que é uma bomba atômica diante de diversos pontos de vista, mas o principal neste momento é sua constituição enquanto destruição potencial dos sistemas vivos¹⁵¹. Foucault irá chegar nesta mesma conclusão por um caminho diferente, embora relacionado: pensando o biopoder, irá indicar os paradoxos que surgem com o poder atômico (e, assim como já havia feito Morin, adiantar de certa forma o problema que um banco de dados genéticos hoje representa).

O primeiro ponto consiste em afastar o poder de matar uma grande quantidade de seres humanos como surpresa: o soberano, tradicionalmente, ao exercer o poder de morte sobre seus súditos já realiza o mesmo. O novo elemento que deve ser introduzido neste momento é o poder “de matar a própria vida”. E o mais interessante é que

nesse poder atômico, o poder que se exerce, se exerce de tal forma que é capaz de suprimir a vida. E de suprimir-se, em consequência, como poder de assegurar a vida. Ou ele é soberano, e utiliza a bomba atômica, mas por isso não pode ser poder, biopoder, poder de assegurar a vida, como ele o é desde o século XIX. Ou, noutro limite, vocês têm o excesso, ao contrário, não mais do direito soberano sobre o biopoder, mas o excesso do biopoder sobre o direito soberano. Esse excesso do biopoder aparece quando a possibilidade é técnica e politicamente dada ao homem, não só de organizar a vida, mas de fazer a vida proliferar, de fabricar algo vivo, de fabricar algo monstruoso, de fabricar – no limite – vírus incontrolláveis e universalmente destruidores. Extensão formidável do biopoder que, em contraste com o que eu dizia agora há pouco sobre o poder atômico, vai ultrapassar toda a soberania humana.¹⁵²

Aquilo que escapou, até certo ponto, da análise de Foucault, é justamente o que é depois retomado e apresentado por Agamben a partir de sua pesquisa na série *Homo Sacer*: o excesso do biopoder é muito mais constante que o excesso do poder soberano clássico. É também neste sentido que a convergência entre Morin e Foucault se torna complementar, uma vez que o poder científico aparece como elemento comum em ambos os casos. Aliás, este poder aparece como realizando o mesmo movimento.

Se a bomba atômica aparece como fim da espécie, fim do humano, em mais de um sentido, o banco de dados genéticos aparece como passo essencial para uma nova possibilidade de captura da vida, que agora é nua, e sua transformação, finalmente, em elemento biológico irreduzível (até o momento). A questão que permanece é bastante simples, ao menos quanto sua formulação: a bomba atômica aterrorizou o mundo durante décadas. Qual o motivo do banco

¹⁵¹ MORIN, Edgar. **O Método 1: A Natureza da Natureza**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 176.

¹⁵² FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins fontes, 1999.

ser tratado de forma tão leviana? Ele representa, talvez, ao mesmo tempo a ‘dividuação’ final do ser humano, a captura final da vida nua, o excesso último do biopoder. Representa também o controle último, até o momento, do homem pelo homem e sobre o homem.

CONCLUSÃO

Penso ser possível visualizar como, ao longo do trabalho, as ideias principais nunca desaparecem, mesmo que não mencionadas constantemente. Concluir, assim, seria apenas repetir aquilo que já foi dito. Ainda assim parece ser possível dizer uma ou outra palavra, uma ou outra frase: o que está em jogo, o que se coloca em jogo, não só no momento atual, mas como mostra Agamben, há bastante tempo, é uma luta contra o estado de exceção em suas mais diversas facetas. O verdadeiro estado de exceção referido por Benjamin é atualizado a cada instante, passando pela resistência contra os dispositivos, pela resistência no meio científico e acadêmico.

Os dispositivos e a profanação se encontram no meio do jogo. O banco de dados genéticos também. Sua problematização deve ir muito além dos aspectos jurídicos, muito além do aspecto biopolítico ou tanatopolítico aqui analisado. O caminho que continua parece ser o de um reencontro ético, onde aquilo que foi separado pela decisão soberana é religado. Que tanto Agamben quanto Morin se situem nestes termos para o futuro do humano não é, talvez, pura coincidência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. A potência do pensamento. In **A potência do pensamento: ensaios e conferências**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2015.

_____. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

_____. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Chapecó, SC: Argos, 2009.

_____. **O Reino e a Glória: uma genealogia teológica da economia e do governo: homo sacer, II**, 2. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Profanações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **Signatura rerum: sul metodo**, Torino: Bollati Boringhieri, 2008.

_____. **The use of bodies: Homo sacer IV**, 2. California: Stanford University Press, 2016.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CARVALHO, Salo de. **Antimanual de criminologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. **De que amanhã: diálogo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

FLORES, Joaquin Herrera. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **Em defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins fontes, 1999.

_____. **Microfísica do Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2015.

_____. **Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GUATTARI, Felix. ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

KHALED., Salah Hassan. **A busca da verdade no processo penal: para além da ambição inquisitorial**. São Paulo: Atlas, 2013.

KUNDERA, Milan. **A insustentável leveza do ser**. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”**. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Ciência com consciência**. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O Método 1: A Natureza da Natureza**. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2013.

_____. **O Método 2: a vida da vida**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

_____. **O Método 3: o conhecimento do conhecimento**. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

_____. **O Método 4: as ideias: habitat, vida, costumes e organização**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MORIN, Edgar; BAUDRILLARD, Jean. **A violência do mundo**. Lisboa: Instituto Piaget, 2004

NASCIMENTO, Daniel Arruda. **Do fim da experiência do fim do jurídico: percurso de Giorgio Agamben**. 2010, 185f. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2010.

PRIGOGINE, Ilya. O fim da certeza. In: MENDES, Candido (org.). **Representação e complexidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

_____. **O fim das certezas: tempo, caos e as leis da natureza.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1966.

RABINOW, Paul. **The Foucault Reader.** New York: Pantheon Books, 1984.

SCHMITT, Carl. **Teologia Política.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

WARAT, Luis Alberto. Epistemologia y metodologia jurídica. In WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino do direito: o sonho acabou.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos: conferências sobre criminologia cautelar.** São Paulo: Saraiva, 2012.